



Figura 4.1 – Dom João VI por Debret, s.d. - Acervo do Museu Histórico Nacional
(GOMES, 2007, p. 224h)

A Imprensa Régia, fundada por decreto de 13 de maio de 1808, aproveitou o material de impressão e gravura trazido nos porões da nau Medusa. No mesmo ano chegaram ao Rio de Janeiro dois gravadores, Romão Eloy Casado de Almeida e Paulo Santos Ferreira Souto, juntamente com José Mariano da Conceição Velloso, brasileiro, ilustre botânico, que deixara a direção da Tipografia Oficial de Lisboa. A esses dois artistas juntaram-se outros, cujos trabalhos resultaram em diversas chapas para obras matemáticas, cartas geográficas, retratos e outros. Entre eles também trabalhou o reconhecido gravador português João Caetano de Rivara, que orientou este trabalho realizado por Ferreira Souto, com base no desenho elaborado no Real Arquivo Militar. Deve ser ressaltado que as chapas originais, gravadas a buril no cobre, abertas por Ferreira Souto, encontram-se em perfeito estado de conservação no Museu da Imprensa Nacional. As referidas chapas, apesar de julgadas perdidas por causa de um incêndio na dita Imprensa, foram encontradas por acaso na ocasião dos preparativos da comemoração do centenário da independência (CUNHA, 1971; ADONIAS *et al*, 1966; BRASIL, 1958; ADONIAS, 1956; MIRANDA, 1922).

Por ser uma gravura, ainda são encontrados exemplares desta planta em pelo menos três mapotecas do Rio de Janeiro. Contudo, é sabido que desta planta há uma redução feita na Imprensa Régia em 1817, a qual compõe o acervo da Mapoteca do Itamaraty (SANTOS, 2001; CUNHA, 1971). O exemplar em questão foi adquirido pelo Barão do Rio Branco em leilão dos pertences de Ferdinand Denis, historiador francês especializado em assuntos brasileiros, realizado em Paris, a 12 de janeiro de 1891 (ADONIAS, 1993; ADONIAS *et al*, 1966).

A planta pode ser considerada como um retrato do início do século XIX, servindo como parâmetro de observação das futuras mudanças ocorridas na cidade ao longo daquele século.

Com a chegada da Família Real, o Rio de Janeiro, que contrastava beleza natural nos arredores e insalubridade na urbe, não seria mais o mesmo. A partir daquele momento modificações seriam necessárias, visto que a cidade teria de demonstrar *status* de Corte.

Como pode ser percebido acima, o principal agente destacado na construção desta planta é o Estado, estando intimamente ligado às mudanças ocorridas na cidade do Rio de Janeiro naquela ocasião. A dinâmica urbana foi fortemente influenciada pela chegada da Família Real e sua corte, visto que a população aumentou de forma significativa, sendo imprescindível abrigar toda essa gente de imediato. Desse modo, havia a necessidade de uma representação exata, considerando os padrões da época, e atualizada para o conhecimento da cidade. Ressalta-se, ainda, que a indicação de nomes de servidores envolvidos em sua construção é um elemento que ilustra a transferência de pessoas ligadas à administração de Dom João.

A idéia de trasladar a Família Real para o Brasil não era recente, sendo mencionada em momentos de ameaça a soberania de Portugal. Schwarcz (2005) destaca que o plano já tinha sido cogitado em 1580, 1738 e 1762. Contudo, a transferência da sede do Estado português às pressas deixou a cidade do Rio de Janeiro surpresa, com a chegada do brigue “Voador”, no dia 14 de janeiro, trazendo a notícia da chegada da Família Real em poucas semanas. Desse modo, a cidade teve de se preparar rapidamente para a receber e, conseqüentemente, abrigar o Príncipe Regente e aqueles que o acompanhavam na viagem. Nesse momento, percebe-se a atuação do agente Estado como promotor das festividades da recepção, visto que em apenas dois dias o Senado da Câmara reuniu-se para discutir a organização dos eventos (GOMES, 2007).

Da mesma forma, o conde dos Arcos, vice-rei na ocasião, imediatamente destinou o Paço dos vice-reis à hospedagem da Família Real. Desse modo, a sua moradia passou por uma breve reforma, visto que não havia tempo para uma completa, à altura de receber os ilustríssimos hóspedes, tornando-se Paço Real em março de 1808. Além disso, havia a necessidade de providenciar alimentos para suprir as necessidades da corte que chegaria em poucos dias, fazendo com que o vice-rei determinasse aos governadores das províncias de São Paulo e Minas Gerais o envio das provisões necessárias (GOMES, 2007; CAVALCANTI, 1998).

Ressalta-se que, entre as ações referentes à transferência e hospedagem da corte, o ato mais controverso do vice-rei foi a criação do sistema de requisição de casas para o uso da nobreza, visto que não havia moradias suficientes para alojá-la. Dessa forma, os endereços escolhidos eram assinalados com as letras P.R., iniciais de Príncipe Regente, o que designava o futuro uso da moradia. Como conseqüência da medida, o preço dos aluguéis tornou-se

extremamente alto para os padrões da época. Por outro lado, havia o abuso de muitos que chegavam, visto que o uso da moradia e a falta de pagamento eram muito comuns naquela ocasião (GOMES, 2007; GERSON, 2000).

No início do século XIX, os limites da cidade já tinham ultrapassado a rua da Vala, atual Uruguaiana, mas restringia-se às freguesias da Candelária, São José, Sacramento, Santa Rita e Santana (ABREU, 1987). Com isso, pode-se concluir que esta área foi diretamente atingida pela determinação, instalando a grande maioria dos recém-chegados. Deve ser lembrado que o aumento de preços não se restringiu às sobreditas freguesias, se estendendo aos arredores. Gomes (2007) relata o caso do diplomata Maler, encarregado de negócios da França, que se queixava dos preços excessivos praticados no Rio de Janeiro. Maler, que morava “fora da cidade”, certa vez afirmou que não existia canto no universo onde se pudesse ser pior alimentado e alojado por preços tão excessivos.

Outro aspecto a ser visualizado na planta, considerando a atuação do Estado, é a permanência de edificações construídas no período colonial, apesar da quantidade inferior aos imóveis eclesiásticos. Contudo, o destaque dado às fortalezas e outros estabelecimentos destinados à defesa é menos significativo do que no século anterior. É importante lembrar que várias representações do século XVIII apresentam projetos de fortificações que pretendiam cercar a cidade (Figuras 4.2 e 4.3). Tal fato era consequência da invasão dos franceses no início daquele século, que se deu pela retaguarda da cidade. Por outro lado, as plantas construídas a partir de 1808, como a aqui estudada, desconsideraram o sobredito projeto.

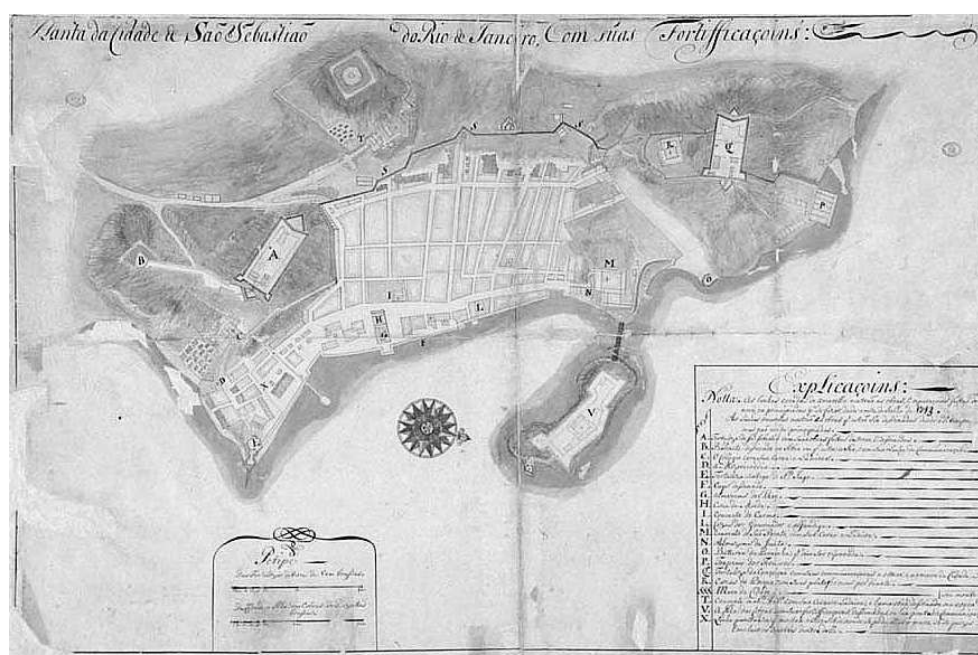


Figura 4.2 – Planta de João Massé de 1713 com fortificação (CZAJKOWSKI, 2000, p. 51)

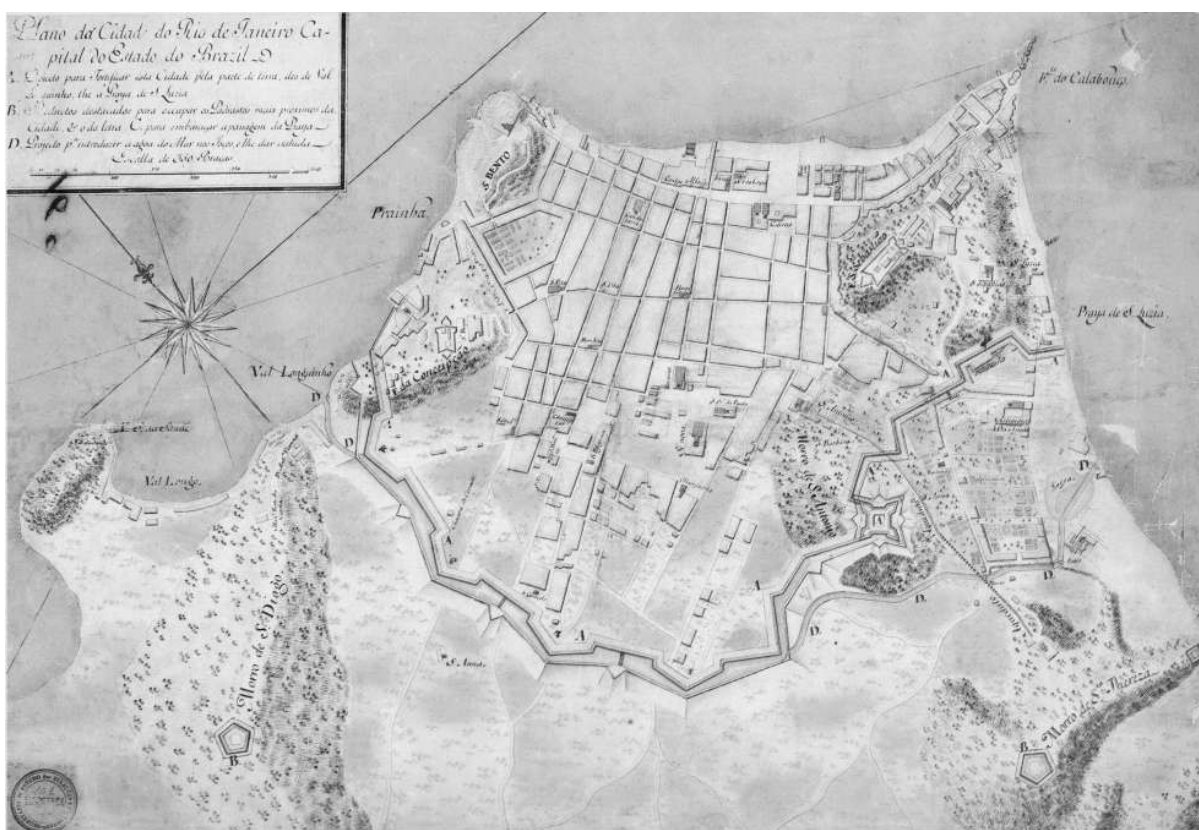
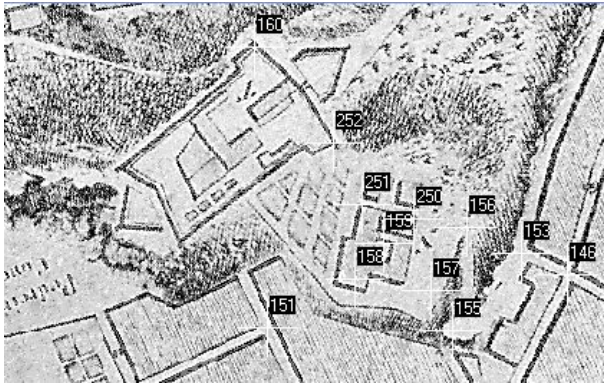


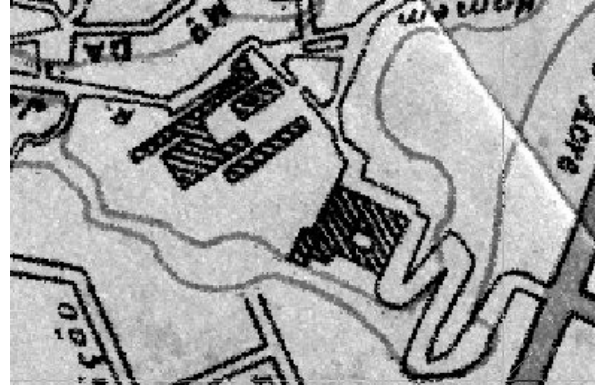
Figura 4.3 - Plano da Cidade do Rio de Janeiro Capital do Estado do Brasil (Reis, 2000,p.174)

Entre as instalações de defesa que permaneceram até os dias atuais, as quais serviram como elemento de ligação entre a base cartográfica atual e a planta aqui estudada, merecem destaque a Casa do Trem e o Quartel do Regimento de Artilharia, que compõem o atual conjunto arquitetônico do Museu Histórico Nacional. Além disso, o complexo da Fortaleza da Conceição, que atualmente abriga a 5.^a Divisão de Levantamento do Serviço Geográfico do Exército, e a rua Major Daemon, no bairro da Saúde, tiveram dez pontos de relacionamento utilizados na transformação da planta (Figuras 4.4 e 4.5). Por outro lado, a Fortaleza da Ilha das Cobras forneceu poucos elementos de ligação entre as plantas, visto que foi possível perceber componentes que têm semelhança com formas hoje existentes. Deve-se destacar que, neste caso, utilizou-se como pontos de relacionamento uma encosta e a própria orla da ilha.

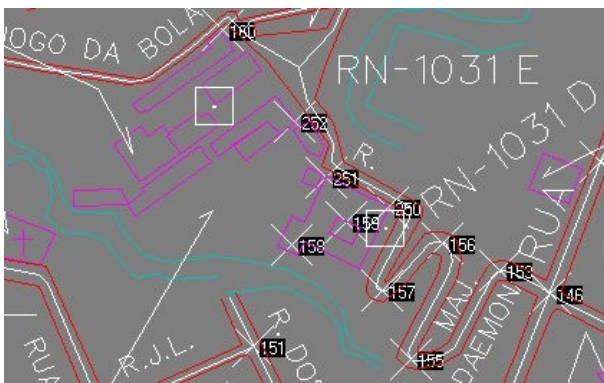
Outras construções de interesse público são encontradas na planta, das quais algumas permanecem até os dias atuais, como o Chafariz do Mestre Valentim (Figura 4.6), indicado na legenda como Xafaris do Terreiro do Passo (f) e localizado na atual Praça XV, teve o ponto 76 utilizado como relacionamento. Por outro lado, o Chafariz do Lagarto (Figura 4.7), outro projeto do Mestre Valentim, que curiosamente não aparece na representação, localiza-se próximo à atual rua Frei Caneca. Desse modo, mesmo sem identificação, mas considerando



Planta de 1808



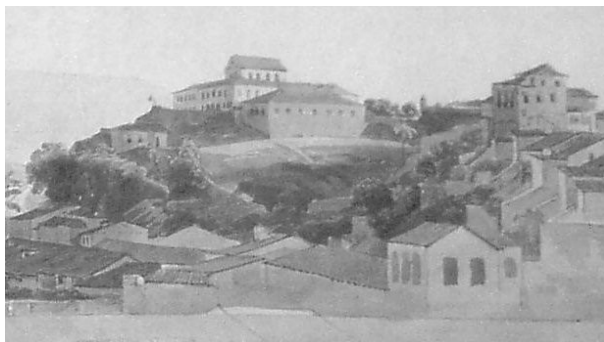
Planta de 1906



Base cartográfica de 2000



Imagem Digital Globe/Google Earth (2002/2003)



Detalhe de aquarela de Thomas Ender de 1817
(FERREZ, 1976, p. 69)



Fotografia do autor (2008)

Figura 4.4 – Antigos Palácio do Bispo e Fortaleza da Conceição

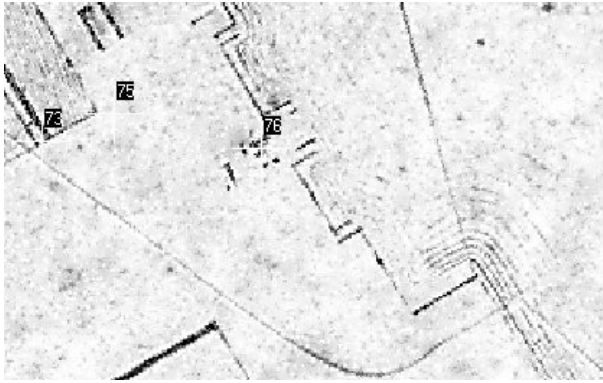


Sobreposição 2000 x 1812 (transformação projetiva com 94 pontos)

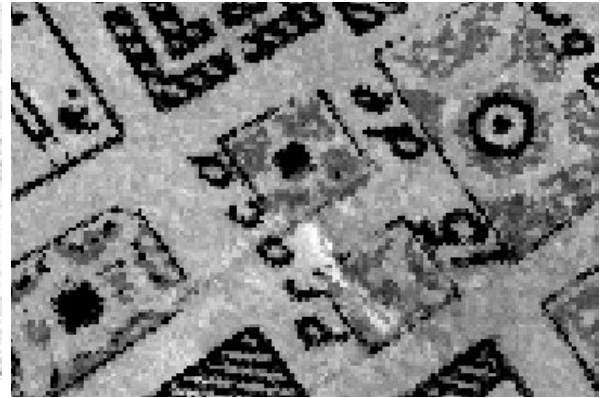


Sobreposição 2000 x 1906 (transformação polinomial de 4.^a ordem com 44 pontos)

Figura 4.5 – Base cartográfica sobreposta às plantas do passado



Planta de 1812



Planta de 1906



Base cartográfica de 2000



Imagem Digital Globe/Google Earth (2002/2003)



Detalhe de aquarela de Thomas Ender de 1817
(FERREZ, 1976, p. 42)



Fotografia do autor (2008)

Figura 4.6 – Chafariz do Mestre Valentim



Planta de 1812



Base cartográfica de 2000



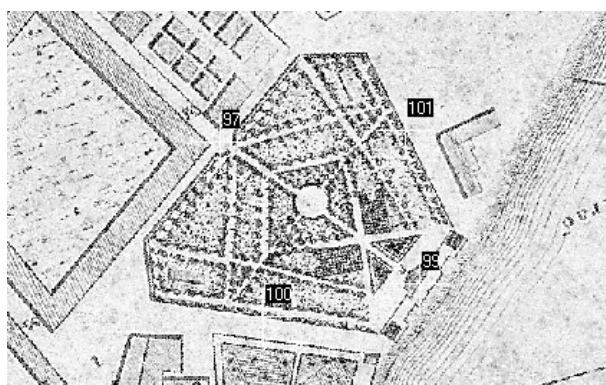
Imagem Digital Globe/Google Earth (2002/2003)



Fotografia do autor (2008)

Figura 4.7 – Chafariz do lagarto

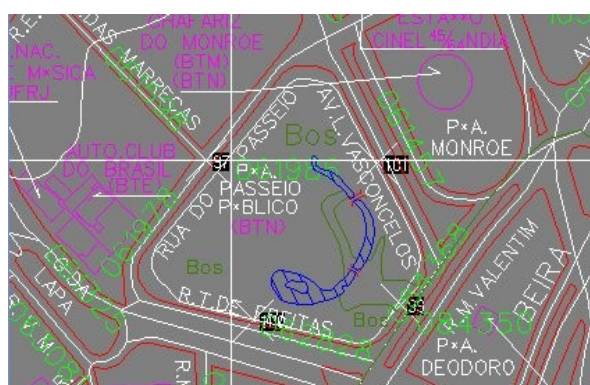
sua fácil localização, acabou servindo como elemento de ligação, visto que se encontrava em uma área carente de pontos de relacionamento. O Aqueduto da Carioca, que também não é indicado na planta, mas está representado, é uma permanência de grande destaque na paisagem atual da cidade, tendo fornecido diversos pontos de referência, visto que, além de conter os Arcos da Lapa, percorria pela atual rua Almirante Alexandrino. Deve-se considerar, ainda, outras obras de interesse público, como os chafarizes coloniais demolidos, que aparecem na representação e não serviram como elemento de ligação, dos quais destacam-se os chafarizes da Carioca, do Largo do Moura e das Marrecas. Por fim, o Passeio Público (Figura 4.8 e 4.9) é uma obra de impacto que, apesar de remodelado no século XIX, encontra-se indicado na planta com sua configuração inicial. Mesmo assim, forneceu quatro pontos de referência, relativos ao seu contorno.



Planta de 1812



Planta de 1906



Base cartográfica de 2000



Imagem Digital Globe/Google Earth (2002/2003)

Figura 4.8 – Passeio público

Várias obras efetivadas pelo Estado indicadas nesta planta remontam ao século XVIII. Vasconcelos (1997) afirma que, para viabilizá-las, esse agente contava com o apoio e ajuda do povo, que usualmente contribuía com dinheiro, gado e alimentos. Além disso, a população fornecia escravos para as construções e pagava as diferenças dos impostos que aumentavam temporariamente. Na mesma linha, Müller e Lima (2002) afirmam que até aquele momento “os gastos públicos ainda não justificavam a criação de um banco emissor”. Entretanto, com a chegada da Corte ao Brasil, as despesas aumentaram significativamente, havendo a necessidade de obtenção de um empréstimo com a Inglaterra e da criação de um banco estatal para a emissão de moeda (GOMES, 2007). Nesse contexto, o Banco do Brasil foi criado por carta régia de 1808, tendo sido instalado inicialmente na esquina da rua de São Pedro com a antiga rua Direita (GOMES, 2007; GERSON, 2000). Vale destacar que este banco financiou a construção de obras públicas como a Praça do Comércio, onde atualmente se encontra a Casa França Brasil, a Intendência de Polícia, o Teatro São João e outras obras de embelezamento da cidade, as quais não se encontram na planta em questão que representa o período anterior ao pleno funcionamento da instituição. Além disso, o banco funcionou como um braço do Estado, no que diz respeito ao seu papel de apoiador das atividades econômicas.

Como já foi comentado, a presença e a permanência da Igreja na planta é muito mais significativa do que o restante dos atores, seja através da representação de suas propriedades ou ao influenciar a vida cotidiana, com nomes santos denominando logradouros públicos. O fato é ilustrado na legenda da planta, que menciona pelo menos 70 referências eclesiásticas, desde uma paróquia até o nome de um santo de um largo, em um universo de 160 topônimos. Esse não é o único fato que indica a importância da Igreja, como agente modelador do espaço. Deve-se ressaltar que as paróquias ou freguesias, definidas pelo bispado, correspondiam à divisão administrativa da cidade. Além disso, a Igreja era a responsável por funções burocráticas como o registro civil. Isso explica a íntima ligação entre Estado e Igreja naquele momento.

Outro ponto que ilustra a forte ligação entre esses dois agentes era o sustento do clero e a manutenção das igrejas. É importante lembrar que essa “união” de agentes e, conseqüentemente, dos recursos obtidos, não ocorria em um único sentido. Em alguns casos, diante da precariedade das cidades coloniais e da falta de quartéis, o Estado requisitava propriedades da Igreja para o alojamento das tropas, fato relacionado à defesa da cidade em alguns momentos, havendo, inclusive, o desalojamento dos religiosos. Na mesma linha, o Estado cogitou, entre outras ações, vender propriedades eclesiásticas para resolver os problemas econômicos do Banco do Brasil, que foi proibido de emitir papel-moeda em 1828,

o qual teve sua falência decretada no ano seguinte (MÜLLER e LIMA, 2002; VASCONCELOS, 1997; ALENCAR, RAMALHO e RIBEIRO, 1985).

Em grande parte do período colonial, a Igreja, representada pelo clero regular, foi o agente responsável pelo ensino. É bom lembrar que o Estado só começou a ocupar esta função após a expulsão dos jesuítas, na metade do século XVIII (VASCONCELOS, 1997). A ladeira do Colégio, inexistente hoje, tinha seu nome ligado ao Colégio dos Jesuítas ali localizado.

Cabe destacar que a Igreja, representada pelo clero regular, possuía diversos imóveis na cidade, dos quais destacavam-se os conventos, além da existência de outros utilizados para aluguéis. Esses últimos funcionavam como uma das fontes de renda das ordens religiosas. Nessa linha, a existência e a manutenção dessas instituições não dependiam apenas do sustento do Estado, visto que recebiam contribuições e bens de fiéis e posses.

A atuação da Igreja como elemento que direcionava o avanço da área urbana é outro ponto que deve ser destacado. Em alguns casos, os conventos localizavam-se nas periferias dessas cidades e, junto com as fortalezas, influenciavam na ocupação das áreas entre eles e as áreas centrais (VASCONCELOS, 1997). O convento de Santo Antônio, construído no morro de mesmo nome, e o convento de São Bento, indicado pela letra “M” na planta (Figuras 4.10 e 4.11), representavam os limites oeste e norte da cidade da primeira metade do século XVIII, respectivamente. Esses limites encontravam-se superados nesta representação do início do século XIX, o que confirma a importância do clero regular nesta expansão.

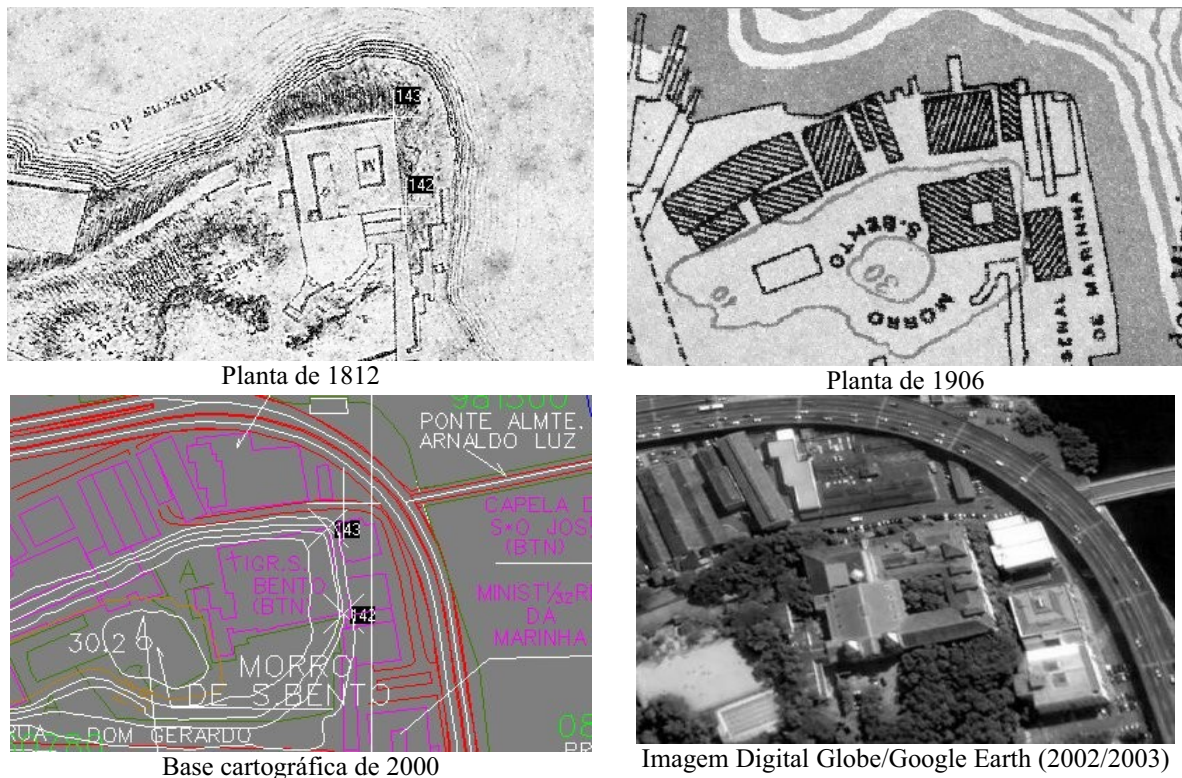
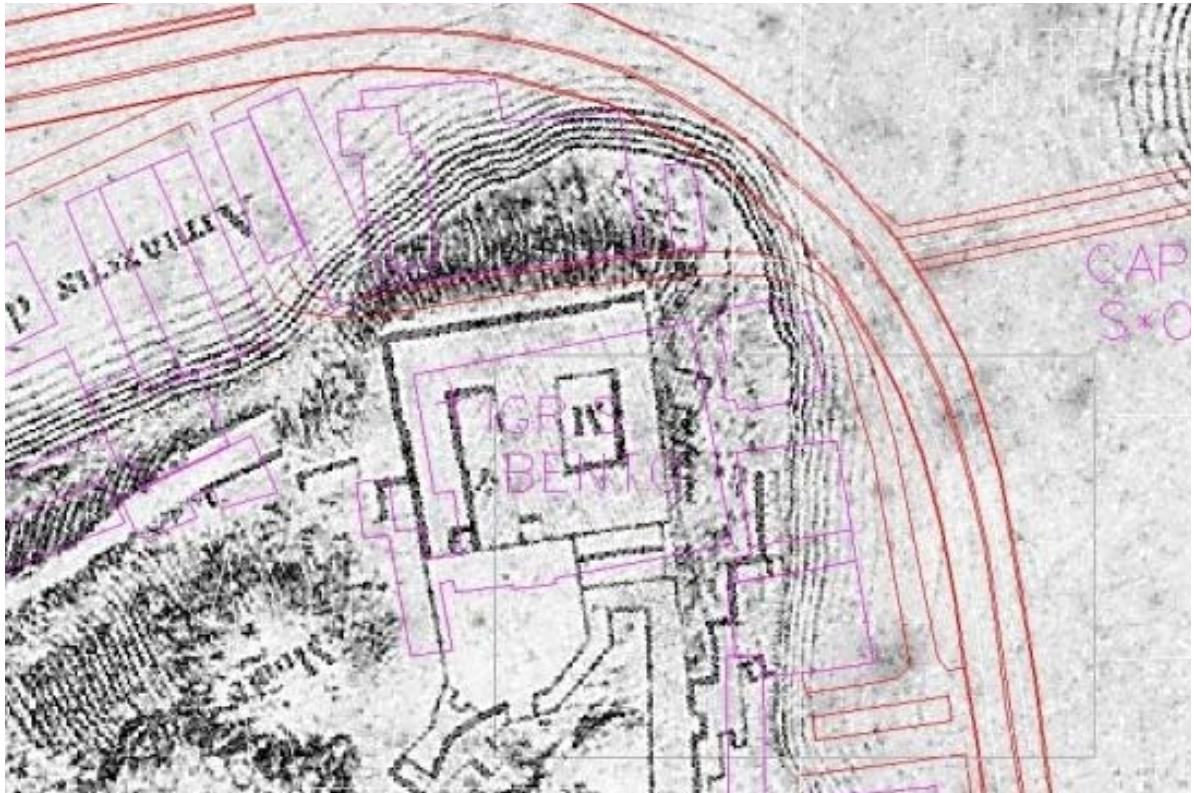


Figura 4.10 – Convento de São Bento



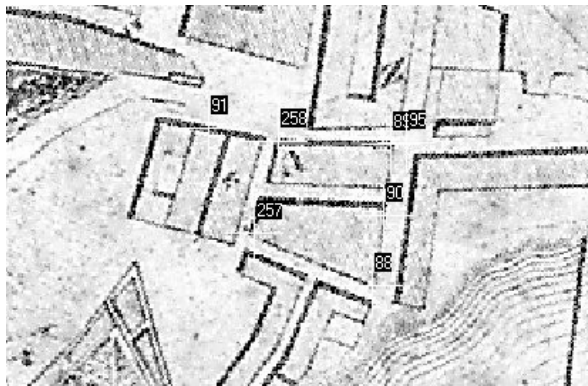
Sobreposição 2000 x 1812 (transformação projetiva com 94 pontos)



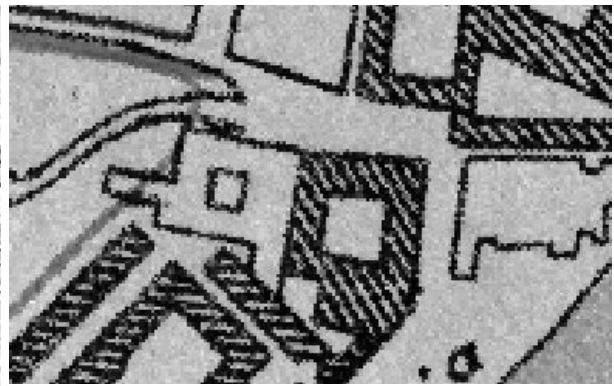
Sobreposição 2000 x 1906 (transformação polinomial de 4.^a ordem com 44 pontos)

Figura 4.11 – Base cartográfica sobreposta às plantas do passado

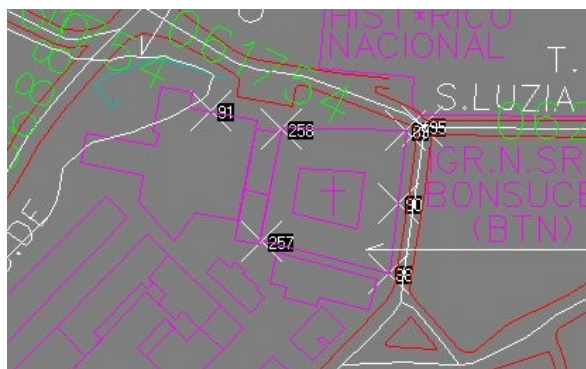
A visualização de propriedades de ordens leigas ocorre em uma frequência menor do que as das ordens religiosas. Mesmo assim, foram identificadas quatro referências diretas às primeiras, como é o caso da Capela dos Terceiros, identificada na legenda pela letra “C”, a Capela dos Terceiros de Santo Antônio, letra “O”, e o Recolhimento e Hospital da Misericórdia, letra “U”, visualizado nas Figura 4.12 e 4.13.



Planta de 1812



Planta de 1906



Base cartográfica de 2000



Imagem Digital Globe/Google Earth (2002/2003)



Detalhe de aquarela de Thomas Ender de 1817
(FERREZ, 1976, p. 86)

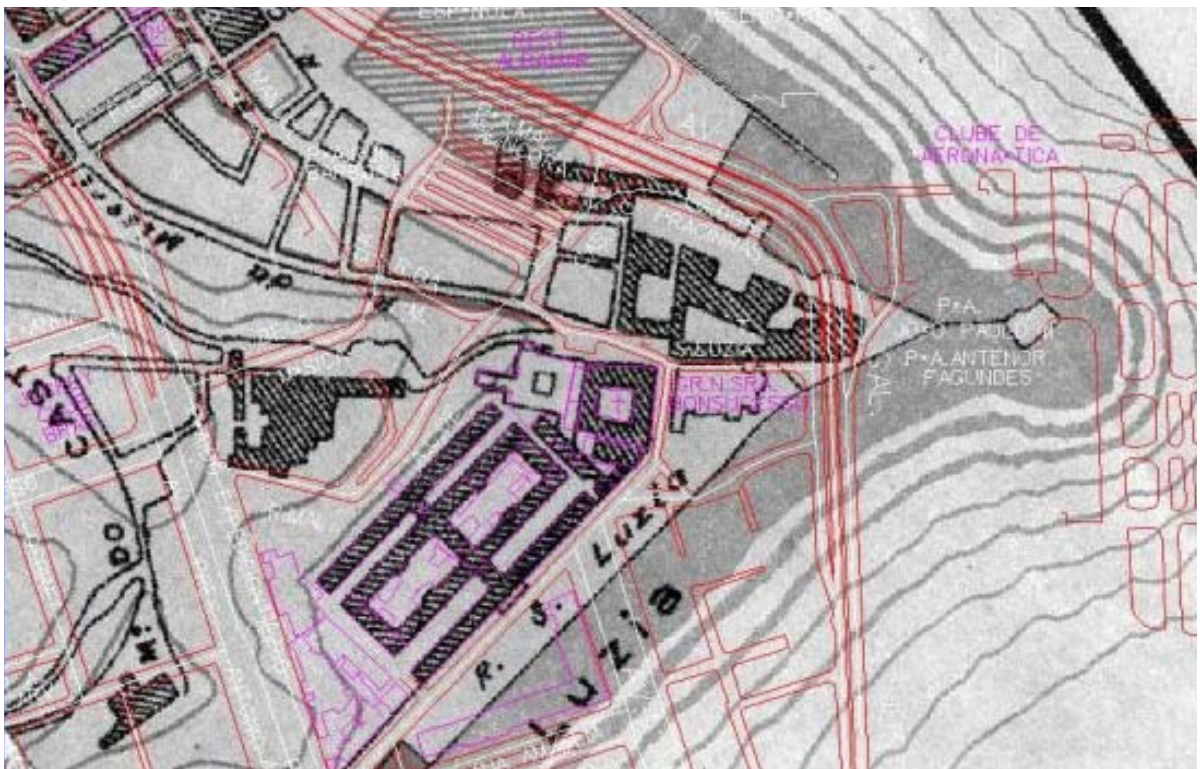


Fotografia do autor (2008)

Figura 4.12 – Recolhimento da Misericórdia e Igreja de N. S. de Bonsucesso



Sobreposição 2000 x 1812 (transformação projetiva com 94 pontos)



Sobreposição 2000 x 1906 (transformação polinomial de 4.^a ordem com 44 pontos)

Figura 4.13 – Base cartográfica sobreposta às plantas do passado

A identificação de propriedades dos agentes econômicos na planta não é imediata, considerando que, geralmente, elas não são ilustradas, sendo o Trapiche de Antônio Leite uma exceção, cujo topônimo encontra-se sobre a representação. É bom lembrar que esse tipo de imóvel não compõe o grupo das permanências aqui observadas. Cabe destacar, ainda, que os diversos agentes econômicos participavam direta ou indiretamente do ordenamento da cidade, como representantes ou financiadores do Estado, da Igreja ou de ordens leigas. Nesse contexto, muitas construções observadas no documento cartográfico são resultantes da contribuição de senhores de terras, comerciantes e financistas, dos quais os dois últimos eram os menos prestigiados do grupo, mesmo possuindo grande destaque na cidade. Além disso, o valor e a materialização das atividades de agentes econômicos menos influentes, como artesãos e pequenos comerciantes, são percebidos na nomenclatura de algumas ruas, tais como as dos Latoeiros, indicada na legenda com o número “7”, dos Madeireiros (20), dos Pescadores (55), dos Ourives (6) e da Quitanda (4), assim como o beco dos Ferreiros (21), as quais, baseando-se em Gerson (2000) e Cavalcanti (1998), serão descritas a seguir.

A rua dos Latoeiros, atual Gonçalves Dias, é uma ligação entre as ruas Sete de Setembro e do Ouvidor existente desde o século XVII. O nome empregado entre os séculos XVIII e XIX referia-se à concentração de oficinas de profissionais que trabalhavam com metais neste logradouro densamente construído, o qual possuía 81 edificações registradas pela Décima Urbana em 1808. A rua é representada na Figura 4.14 pelos elementos de ligação de números 10, 53 e 64.

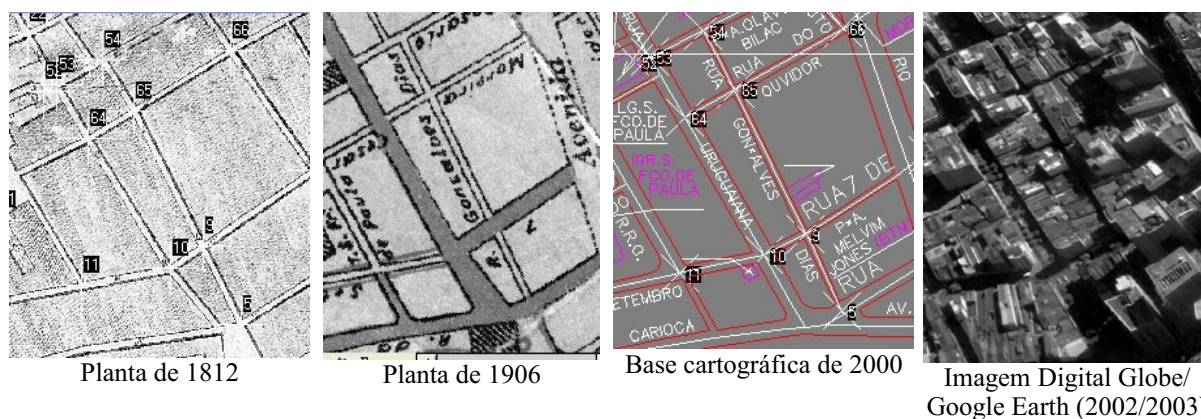


Figura 4.14 – Rua dos Latoeiros, atual Gonçalves Dias

A rua dos Madeireiros, assim indicada na legenda da planta, mas denominada travessa do Paço desde 1808, era um dos logradouros paralelos à antiga rua Direita surgidos na última metade do século XVII, na qual os comerciantes do ramo de madeira se instalaram.

Localizada sobre aterros e, conseqüentemente, próxima à praia, possuía trânsito sobrecarregado, em virtude da existência de madeiras ali empilhadas. Esta rua possuía 30 prédios, dos quais destacava-se o imóvel que abrigava a Casa Ópera Nova, teatro regular da cidade no período anterior à chegada do Príncipe Regente, localizado de frente para o Largo do Paço e inaugurado em 1779.

A rua dos Pescadores, atual Visconde de Inhaúma, já havia sido conhecida até o século XVIII como caminho Manuel dos Reis, rua do Carapau (tipo de peixe) e rua de Vicente Alves. Porém, apresentava o nome indicado na planta devido a grande quantidade de pescadores ali residentes. Em 1808, a Décima Urbana cadastrou 103 edificações nesta rua, que conquistou importância com a chegada de moradores ou comerciantes da elite da sociedade da época, dos quais destacavam-se os imigrantes ingleses.

O extinto beco dos Ferreiros, onde moravam muitos chineses, ligava a antiga praia de Dom Manuel ao beco do Cotovelo, tendo todos os seus terrenos ocupados por 24 prédios no ano da chegada da Família Real. Na mesma linha, a rua dos Ourives, com este nome até o início do século XX, e a atual rua da Quitanda são os últimos logradouros desta categoria na área de estudo, razão pela qual estão descritos na próxima seção.

Pode-se afirmar que o agente intitulado “a população e os movimentos sociais” é aquele de identificação mais trabalhosa em um documento cartográfico. Isso ocorre porque, em geral, suas propriedades não são tão amplas a ponto de serem reconhecidas. Mesmo assim, este ator tem participação indireta em muitas obras públicas e religiosas encontradas na planta. Como já foi comentado, a população respondia prontamente aos pedidos de apoio do Estado em momentos de necessidade. Por outro lado, havia, em alguns casos, a insatisfação popular, mas cabe ressaltar que a possibilidade de mobilizações ou revoltas na Corte era praticamente inexistente, visto que seriam dura e rapidamente reprimidas. Os protestos, na maioria das vezes, ocorriam de forma bem-humorada, como foi o da reação ao ato do vice-rei Conde dos Arcos, que destinava várias residências da cidade à comitiva da Família Real. Em meio à euforia da população em receber a Corte, imóveis foram marcados com as letras P.R., iniciais de Príncipe Regente, às quais o povo imediatamente transformou em “Ponha-se na rua” (GERSON, 2000; ALENCAR, RAMALHO e RIBEIRO, 1985).

4.2 – PLANTA DE MELHORAMENTOS URBANOS (1906)

Como já foi comentado, os fundamentos para a organização da Carta Cadastral remontam ao ano de 1866, mas foi na administração de Pereira Passos que a Comissão da Carta Cadastral foi reorganizada e ganhou novos impulsos. Tal fato é parte do processo de

construção da base cartográfica que deu origem à planta em questão, o qual deve ser destacado, visto que houve o interesse em empregar técnicas as quais geraram um documento com exatidão cartográfica não aplicada até então. Esse procedimento era mais um elemento entre aqueles que procuravam dar um caráter científico às propostas de “melhoramentos urbanos”. Ressalta-se, ainda, que, na virada do século XIX para o XX, era grande a pressão para que o ambiente urbano fosse redefinido, mas as propostas sugeridas pela comissão só foram implementadas no governo do referido prefeito (KNAUSS, 1997; MELLO JÚNIOR, 1988; OLIVEIRA JÚNIOR, 1957).

O engenheiro Francisco Pereira Passos (Figura 4.15) nasceu em 1836 na extinta cidade de São João Marcos, cuja área pertence ao município de Rio Claro (RJ) desde 1938. Prefeito nomeado por Rodrigues Alves, esteve no comando da cidade entre 29/12/1902 e 15/11/1906. Ressalta-se que desde setembro de 1892 os prefeitos do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, eram indicados pelo presidente da república (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1996). Dessa forma, o governante teve plenos poderes (e verba) para implementar os diversos projetos urbanísticos executados em sua administração. Vale lembrar que tais mudanças não foram criação de momento, visto que alguns planos já existiam desde a segunda metade do século XIX, mas coube a este governante executá-las. Entre as obras concluídas ou projetadas no período correspondente à sua administração, ilustradas na planta, pode-se destacar as avenidas Central (atual Rio Branco), Beira-mar, Salvador de Sá, Mem de Sá, o novo cais comercial, o canal do mangue, alargamentos de ruas, entre outras.

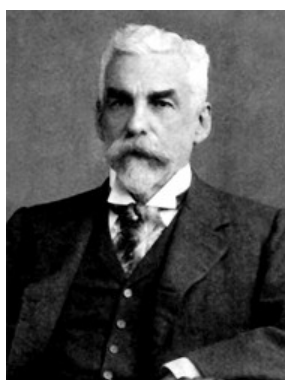


Figura 4.15 – Pereira Passos (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1996)

A planta, que apresenta a cidade desde o litoral de Botafogo ao Caju, serve explicitamente para fins políticos, visto que superdimensiona as intervenções urbanísticas (Figura 4.16), em razão da representação estar restrita apenas à área central do Rio de Janeiro, que foi a mais favorecida pela reforma. Destaca-se que no mesmo período Pereira Passos foram impressas várias plantas indicativas de "melhoramentos" urbanos, em geral com



Figura 4.16 – Enquadramento da planta de melhoramentos urbanos na planta das principais avenidas, ruas e estradas de 1906 (Arquivo do NPGH/UFRJ)

o mesmo enquadramento, utilizando-se da base cartográfica elaborada pela Comissão da Carta Cadastral. Deve-se ressaltar que este recorte "especial" é diferente do que a sobredita Comissão fixara em 1893/94 e 1907 (KNAUSS, 1997). Sobre a submissão da Cartografia ao programa de obras da Prefeitura, Knauss (1997, p. 143) afirma:

Evidencia-se uma atitude de particularizar a imagem da cidade, certamente identificando essa particularidade com a administração municipal de então. Além disso, o poder público recorre à divulgação da ilustração cartográfica como ilustração de seu programa de ações sociais. Desse modo, o discurso científico funciona como instrumento legitimador das ações de governo e fornece uma imagem subjacente ao projeto social implementado.

Outra evidência desta política está no fato de a planta enfatizar a atuação da Prefeitura, desfavorecendo a atuação do Governo Federal. Para indicar o nome do prefeito utiliza-se letras praticamente do mesmo tamanho que as do título "Prefeitura do Districto Federal" (Figura 4.17). Vale ressaltar que, em outros casos nos quais o título faz menção ao Rio de Janeiro, a administração recebe mais destaque do que a própria cidade. Outro fato que deve ser realçado é a utilização da expressão "melhoramentos executados ou projetados". Comentando esta questão, Knauss (1997, p. 148) observa que:

na planta da cidade _ que recobre diferentes temas, como arruamento, relevo e hidrografia _ acrescenta-se o das obras, não concluídas, mas em execução. Essa característica da imagem cartográfica confere uma natureza processual, ao contrário do caráter estático, em geral identificado com a geografia. Em poucas palavras, trata-se de representar o espaço como processo em construção. Ademais, o conteúdo deste processo é carregado de sentido positivo, uma vez que não se usa a expressão obras, recaindo antes a escolha sobre a idéia de melhoramento.



Figura 4.17 – Título da planta dos melhoramentos urbanos

Ilustrando a tendência de representação do espaço em construção, o documento destaca em sua legenda os "melhoramentos" executados e projetados, tanto pelo governo municipal quanto pelo federal, edifícios construídos para escolas e as áreas destinadas a mercados

(Figura 4.18). Desse modo, a planta se restringe a ação do Estado no processo de construção da cidade, dando a impressão que este agente é o único responsável por esta dinâmica.

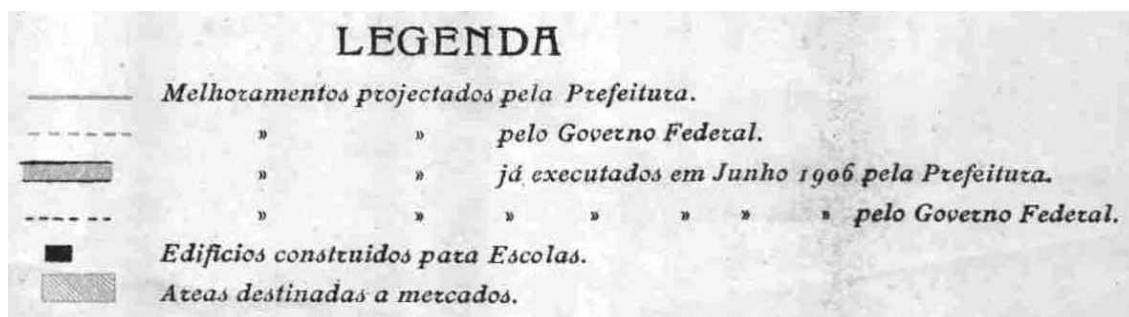
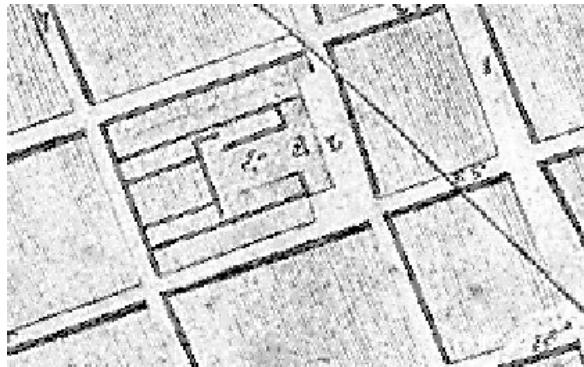


Figura 4.18 – Legenda da planta dos melhoramentos urbanos

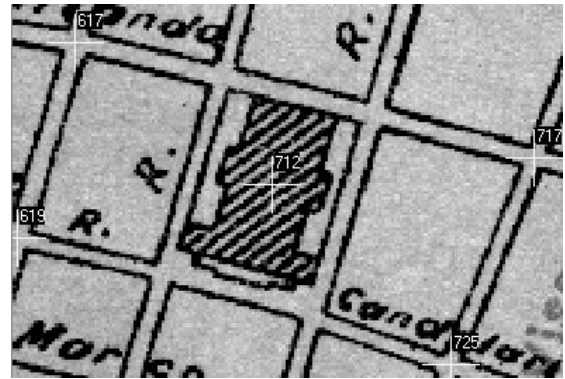
Ao analisar o agente Estado no período em questão, percebe-se que sua atuação está mais próxima daquela defendida por Corrêa (1995b), referente à sociedade capitalista consolidada, do que das funções ilustradas por Vasconcelos (1997), exercidas no período colonial e imperial. Ressalta-se que, já no início da república, houve um distanciamento em relação à Igreja, de modo que as funções de sustento de clero e manutenção de igrejas não eram mais significativas. Por outro lado, o Estado continuava destacando-se no papel de apoiador das atividades econômicas, além de sustentar seu corpo de funcionários. Além disso, a manutenção de obras defensivas já não era tão importante quanto nos períodos colonial e imperial, mas merece destaque a execução de obras de infra-estrutura por parte deste agente, a qual é o elemento principal representado na planta estudada. Com exceção da íntima ligação com a Igreja nos períodos colonial e imperial, a atuação do Estado é semelhante nas propostas dos dois autores. Ainda assim, observando alguns elementos detectados na planta, percebe-se necessidade de destacar a importância de outros agentes modeladores.

Mesmo sem ser citado diretamente no documento cartográfico analisado e considerando sua separação do Estado no início da república, o agente modelador "Igreja" deve ser destacado, por apresentar elementos que servem de referência na cidade, levando-se em conta a representatividade de suas propriedades. Algumas igrejas podem ser notadas na planta, tendo servido de elemento de ligação entre este documento cartográfico e a base cartográfica atual. Nesse caso, merecem destaque a igrejas da Candelária (Figura 4.19) e do Rosário, na rua Uruguaiana, entre outras. Além disso, a atuação deste agente é percebida através do clero regular, visto que as ordens religiosas possuíam diversos imóveis de grande porte, os quais, devido à sua dimensão, podem ser identificados na representação cartográfica sem a necessidade de legendas, como é o caso das propriedades dos Carmelitas, próximas à rua Primeiro de Março. Por outro lado, nota-se que um termo ligado à estrutura organizacional da

igreja, a freguesia, continuou sendo empregado concomitantemente com os diversos nomes de bairros da cidade ao longo do século XX, o que ilustra a influência da Igreja na dinâmica espacial da cidade.



Planta de 1812



Planta de 1906



Base cartográfica de 2000



Imagem Digital Globe/Google Earth (2002/2003)

Figura 4.19 – Igreja da Candelária

Da mesma forma que a Igreja, a importância das ordens leigas é materializada em suas propriedades ilustradas na planta. Nesse caso, merecem destaque o Hospital da Ordem Terceira do Carmo (Figura 4.20), na rua Riachuelo, e a Santa Casa da Misericórdia, na rua Santa Luzia, estando esta construção entre as maiores representadas no documento cartográfico. Por outro lado, há a dificuldade em identificar os imóveis destinados a aluguéis ou arrendamento.

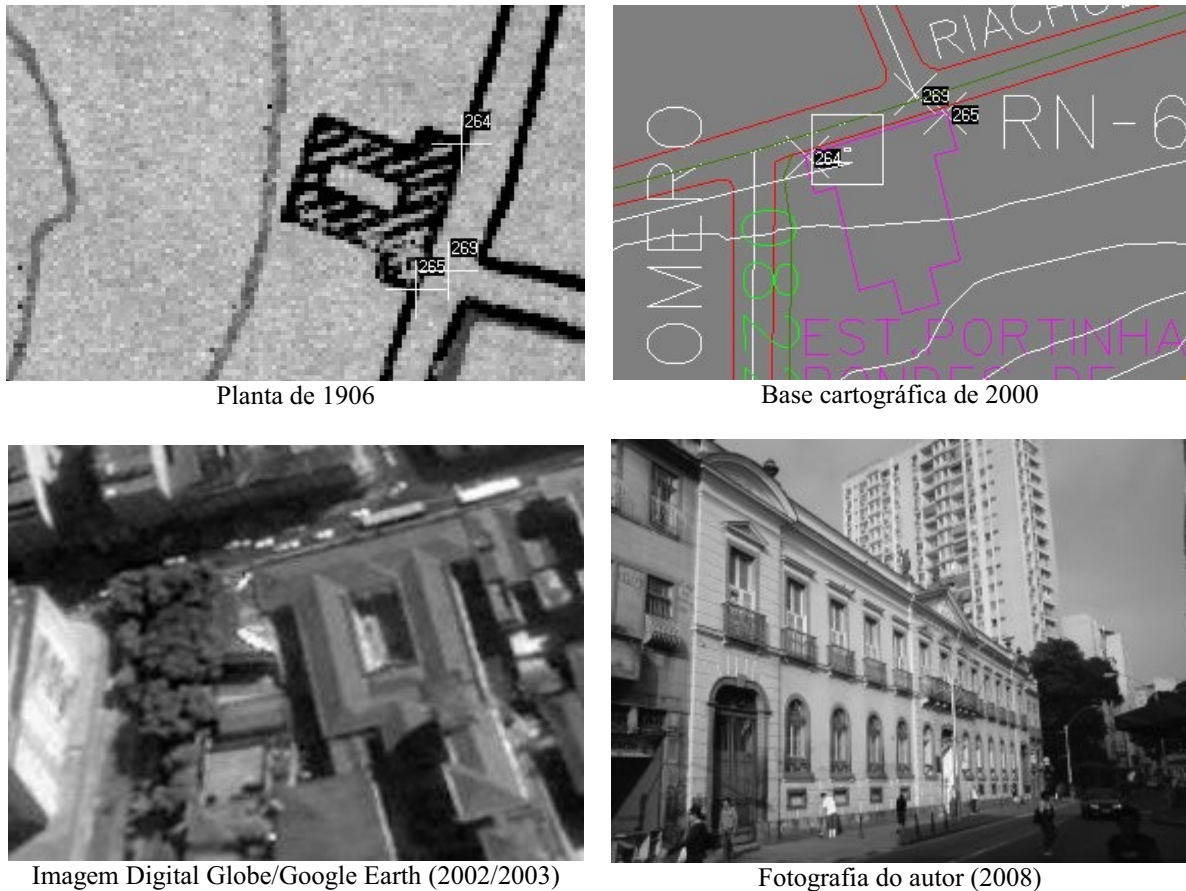


Figura 4.20 – Hospital da Ordem Terceira do Carmo

É difícil identificar a atuação dos agentes econômicos na planta, visto que o destaque é dado às construções realizadas pelo Estado e às ruas e seus respectivos nomes. Mas seria ingenuidade esquecer que algumas obras ilustradas na planta não representam o interesse dos agentes econômicos mais influentes, já que muitos deles participavam direta ou indiretamente dos poderes do Estado, conforme exposto. Por ser uma cidade portuária, na qual destacavam-se os comerciantes envolvidos com negócios de importação e exportação, é fácil concluir que o plano para a construção do Cais do Porto, correspondente à intervenção de maior impacto encontrada no documento cartográfico, era uma demanda deste último grupo.

Como já foi comentado, a atuação de artesãos e pequenos comerciantes também foi importante para cidade, mesmo sendo este grupo considerado de menor importância entre os agentes econômicos. Deve-se destacar que, no início do século XX, eram poucas as ruas que possuíam nomes que indicavam as profissões ou atividades econômicas que as dominavam. Muitas ruas com estas características mudaram de nomes ao longo do tempo, a exceção das ruas da Quitanda e dos Ourives. A primeira apresentou diversos nomes diferentes durante o período colonial, mas recuperou o nome que apresenta até a atualidade. A rua da Quitanda dos

Pretos possuía este complemento para se diferenciar da antiga rua da Quitanda dos Mariscos, a qual possuía estabelecimento pertencente a negociante branco. Entre os nomes dados a esta rua é possível encontrar aqueles que também se referiam a atividades econômicas ou profissões, tais como rua dos Ourives, rua dos Ourives Velha ou Velha dos Ourives e canto do Tabaqueiro, correspondente a um trecho da mesma rua (CAVALCANTI, 1998). Por outro lado, a rua dos Ourives, resultante da ordem de transferência que o governador Gomes Freire de Andrade impôs a estes profissionais do sítio anteriormente ocupado, apresenta-se dividida em duas partes, em virtude da construção da avenida Central. Atualmente a área corresponde à antiga rua dos Ourives encontra-se dividida em dois logradouros com os nomes de Miguel Couto e Rodrigo Silva.

A atuação do agente “a população e os movimentos sociais” é de difícil identificação, em razão da impossibilidade de visualização e localização de suas moradias neste documento cartográfico, mas não se deve desconsiderar a ação deste grupo, lembrando-se que este ator era um dos focos das mudanças propostas pela reforma urbana capitaneada por Pereira Passos. Por outro lado, muitas mudanças implementadas pelo prefeito encontraram resistência por grande parte da população, o que caracteriza os movimentos sociais, os quais tentavam dificultar a demolição de velhos prédios e cortiços, além de questionar decisões tomadas pela administração pública. Deve ser lembrado que o então presidente da república, Rodrigues Alves, deu plenos poderes ao prefeito da cidade para efetivar suas reformas. Ainda assim, o caso mais significativo de movimento social no governo de Pereira Passos foi a Revolta da Vacina em novembro de 1904, na qual a administração saiu perdendo, visto que não conseguiu impor a vacinação obrigatória a todos.

4.2.1 – A expansão da cidade e o enquadramento da planta

Ao comparar a “Nova Planta Indicadora da Cidade” de 1877 (Figura 4.21) com a Planta dos melhoramentos urbanos de 1906 percebe-se uma contradição. De um lado, a planta mais antiga procura ilustrar o avanço do Rio de Janeiro em direção aos subúrbios servidos por linhas de carris, indicando “melhoramentos”. Isso ocorre porque há a preocupação dos agentes econômicos (promotores imobiliários e concessionários de serviços públicos) em ocupar a área de expansão que materializam seus interesses, daí ela deve estar incluída na cidade. Nesse contexto, o documento cartográfico destaca as áreas servidas pelas linhas de carris. É interessante notar que a Estrada de Ferro Dom Pedro II, inaugurada em 1858, não chama tanta atenção, visto que não é território das companhias interessadas em ocupar os subúrbios sob

sua concessão. Com isso, São Cristóvão e Caju são assimilados pela urbe e há também a indicação de avanço em direção à Zona Sul e à Tijuca, representados pelas linhas de carris.

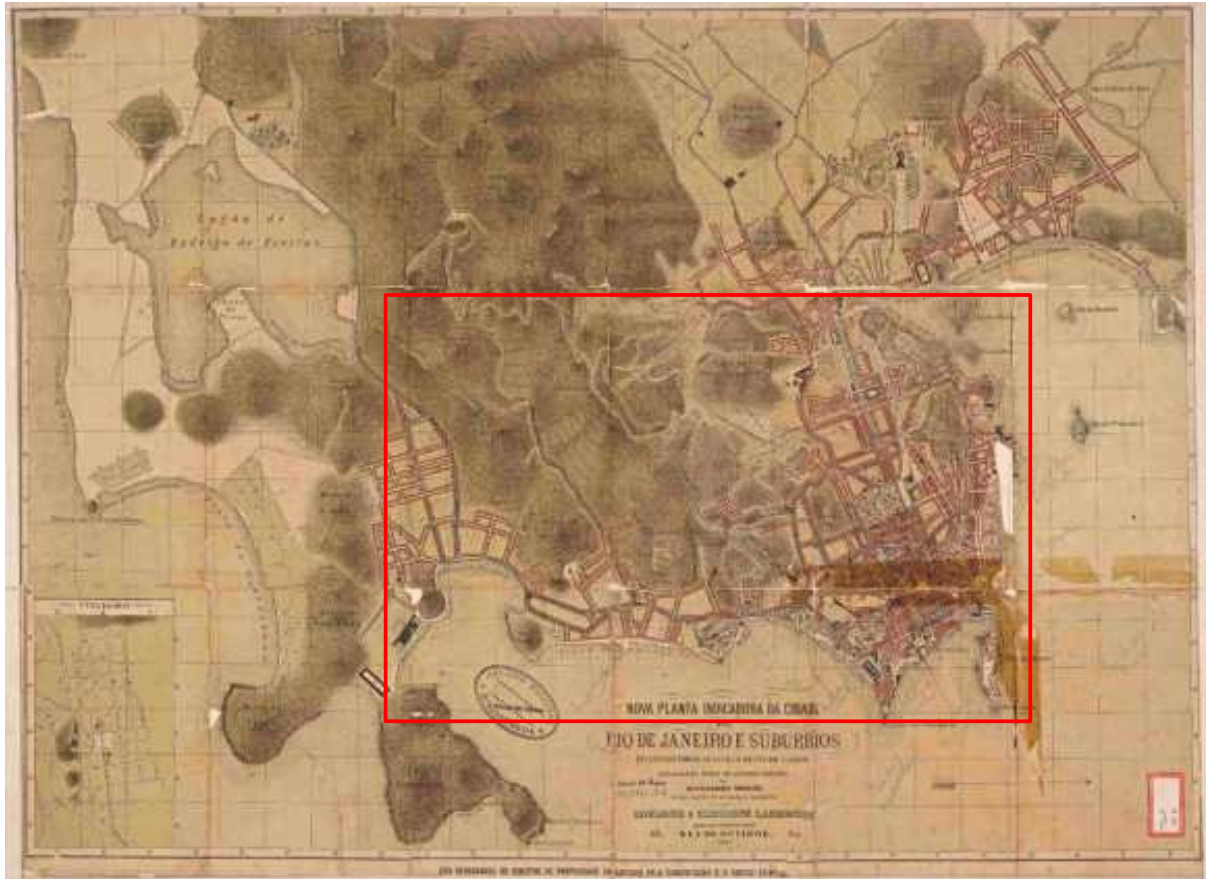


Figura 4.21 – Planta de 1877 e enquadramento da planta de 1906

Deve-se ressaltar que o documento o qual representa “os melhoramentos executados ou projetados” entre 1903 e 1906 “esquece”, não por acaso, que a cidade avançou em direção aos subúrbios. Do contrário, se reproduzisse todo o perímetro urbano, a ilustração das obras não seria tão impactante como nesta representação. Com isso, é possível perceber que o enquadramento da planta, o qual apresenta a cidade desde o litoral de Botafogo ao Caju, serve explicitamente para fins políticos, ao superdimensionar as intervenções urbanísticas, em razão da representação estar restrita apenas à área central do Rio de Janeiro, que foi a mais favorecida pela reforma.

Outro aspecto a ser destacar na utilização da planta de 1906 para fins políticos é o fato deste documento cartográfico apresentar uma posição que contraria a imagem definida pela Carta Cadastral nos anos anteriores, retomando os parâmetros do século XVIII e da primeira metade do século XIX. Neste caso, a observação da representação do Rio de Janeiro é

construída do ponto de vista de quem chega à cidade, neste caso sob a visão do estrangeiro (KNAUSS, 1997).

O realce dado a uma esfera da administração pública em detrimento de outra não é exclusividade da política de divulgação das obras da administração Pereira Passos. Ainda hoje é muito comum encontrar a divulgação de reformas por parte de prefeituras e governos de estado sem considerar os investimentos feitos pela União. No caso da Planta dos melhoramentos urbanos houve um desfavorecimento da ação do Governo Federal, mas sua atuação foi considerada, visto que este era o principal parceiro nesta empreitada.

5 – PERMANÊNCIAS E MODIFICAÇÕES AO LONGO DO TEMPO

Este capítulo pretende fazer uma observação multitemporal da cidade do Rio de Janeiro, a partir das plantas aqui estudadas, de forma que seja possível identificar permanências, mudanças e a evolução urbana da área de estudo. Cabe ressaltar que, além dos documentos cartográficos, foram utilizadas informações obtidas de autores como Gerson (2000), Cavalcanti (1998), Abreu (1987), Ferrez (1976) e Barreiros (1965), além daquelas disponíveis nos monumentos encontrados na cidade.

5.1 – PERMANÊNCIAS

Ao observar os três principais documentos cartográficos que foram trabalhados, é possível perceber alguns elementos que resistiram às transformações do Rio de Janeiro ao longo dos séculos. Esses elementos, aqui classificados como permanências, são resquícios da cidade em outros momentos de sua existência, os quais têm íntima ligação com a lógica de ocupação do espaço naquele período, mesmo que para alguns o fato de ainda existir naquele local não faça mais nenhum sentido. Cabe destacar, ainda, que a grande maioria dessas permanências passou por mudanças significativas, ao longo do tempo, quando não foram totalmente reconstruídas.

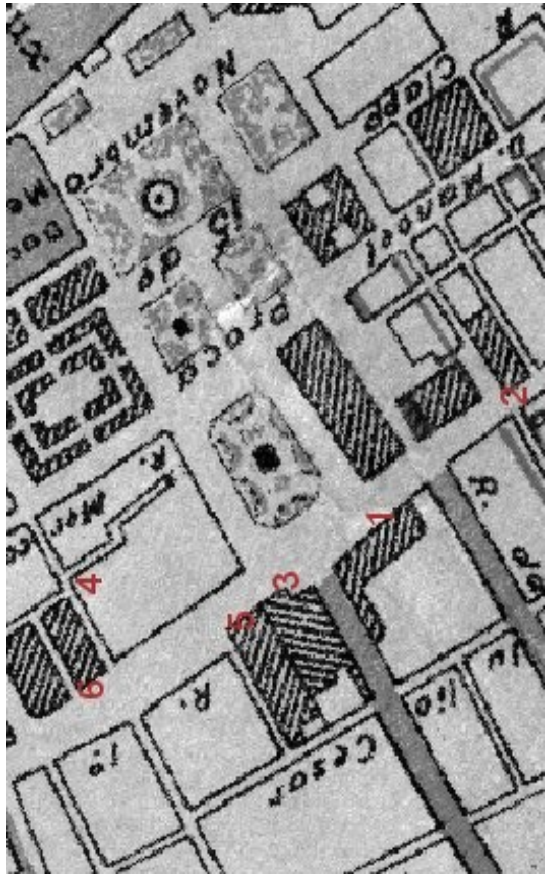
Mesmo assim, é possível destacar vários elementos que se apresentam ilustrados nas três plantas, muitos dos quais podem ser visualizados na paisagem da cidade até por observadores menos atentos. Nesse grupo, deve-se ressaltar a presença dos elementos eclesiásticos que estão presentes no cotidiano dos transeuntes do centro da cidade.

Nas proximidades da Praça XV (Figura 5.1), centro de poder do Brasil colonial e do imperial, são encontrados diversos elementos ligados direta ou indiretamente à igreja, alguns vinculados ao clero secular e outros às ordens leigas. Nesse contexto, merecem destaque o convento do Carmo (1), a freguesia de São José (2) e as igrejas do Carmo (3), identificada na planta como Capela Real, de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores (4), identificada como da Lapa dos Mascates, da Ordem Terceira do Carmo (5), identificada como Capela dos Terceiros, e a Igreja de Santa Cruz dos Militares (6), identificada como Igreja da Cruz.

O convento do Carmo tem origem no início do século XVII, com uma pequena capela anexa construída na mesma época. Por outro lado, a igreja do Carmo surgiu em meados do século XVIII. Já a igreja de São José, que é um dos templos mais antigos da cidade, tinha sua capela e irmandade já existentes no século XVII. O templo atual teve origem em obras



Planta de 1812



Planta de 1906



Base cartográfica de 2000



Imagem Digital Globe/Google Earth (2002/2003)

Figura 5.1 – Permanências encontradas próximas à praça XV

iniciadas em 1808. Na mesma linha, a atual igreja da Ordem Terceira do Carmo tem sua origem no século XVIII, mas a Venerável e Arquiepiscopal Ordem Terceira do Monte do Carmo foi fundada em julho de 1648. Destaque deve ser dado a igreja de Santa Cruz dos Militares, a qual foi construída em uma área originalmente ocupada pelo forte de Santa Cruz, que estava em desuso já no século XVII, onde foi construída uma capela que abrigava a irmandade dos militares. A igreja foi reconstruída de 1711 até 1811, contando com a presença do recém-chegado Príncipe Regente em sua inauguração. Diferentemente dos imóveis anteriores, localizados na antiga rua Direita, a igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores localiza-se na rua do Ouvidor, onde a Irmandade dos comerciantes retalhistas construiu seu templo de devoção no século XVIII.

Na mesma linha é possível encontrar imóveis de destaque nas áreas mais afastadas do antigo Paço Real, mas limitadas pelos morros de São Bento, da Conceição, do Castelo e de Santo Antônio e pela antiga rua da Vala e adjacências. Nesse contexto, cabe registrar os imóveis das igrejas de Nossa Senhora Mãe dos Homens, de São Francisco de Paula, de Nossa Senhora de Bonsucesso; as freguesias da Candelária, de Santa Rita e de Nossa Senhora do Rosário; a capela dos Terceiros de Santo Antônio e os conventos de Santo Antônio e de São Bento.

A igreja de Nossa Mãe dos Homens, cuja irmandade foi fundada em 1758, está localizada na rua da Alfândega. Sua construção foi concluída em 1784, porém teve a fachada refeita no ano de 1856. Na mesma linha, a igreja de São Francisco de Paula tem origem em uma capela inaugurada por sua ordem terceira no século XVIII, no largo de mesmo nome, a qual deu lugar ao atual templo, concluído em 1811. Já a igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso encontra-se no conjunto de edificações da Santa Casa da Misericórdia, localizada no largo homônimo. A capela original foi construída na segunda metade do século XVI, mas passou por sucessivas reformas ao longo do século XVIII, quando em 1780 uma intervenção deu ao templo sua forma atual. Deve-se ressaltar que esta igreja está bem próxima da permanência mais antiga tratada neste trabalho: a ladeira da Misericórdia, cujos resquícios remontam ao início da cidade, mantendo esse nome desde seu nascimento.

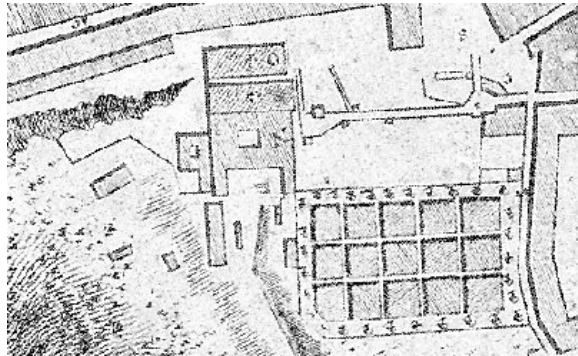
A imponência da igreja da Candelária na paisagem carioca não esconde a importância deste templo, que resistiu até a devastadora onda de demolições gerada pela construção da avenida Presidente Vargas. A capela original é originária do início do século XVII, tendo sido demolida para dar lugar a uma nova igreja com planta em cruz latina em 1775, a qual permaneceu em edificação até o ano de 1890, sofrendo as últimas reformas significativas em 1890. Por outro lado, ao trafegar pelas atuais ruas Visconde de Inhaúma e Marechal Floriano, não se tem a mesma impressão observando a igreja de Santa Rita de Cássia, localizada no

largo homônimo. Ainda assim, cabe ressaltar a importância deste templo, o qual está indicado na legenda da planta de 1808 com o *status* de freguesia. Já a igreja de Nossa Senhora do Rosário, localizada na antiga rua da Vala, é um templo que teve sua obra iniciada em 1700, se estendendo pelo primeiro quartel do século XVIII. Também indicada como freguesia na legenda, tornou-se sé da cidade a revelia da irmandade mantenedora formada por negros e pardos, a qual permaneceu no mesmo local. Ao ganhar importância de catedral, sofria interferência direta dos cônegos, que subjugavam e discriminavam os membros da ordem. Foi neste templo que em 1808 o Príncipe regente agradeceu pelo sucesso de sua viagem através do Atlântico. Sua fachada atual é resultado de obras de remodelação executadas em meados do século XIX.

O conjunto arquitetônico do Mosteiro de São Bento vem sendo ilustrado em representações anteriores à planta de 1812. Cabe lembrar que a existência de beneditinos naquele sítio remonta ao século XVI, com algumas edificações construídas nos séculos seguintes, as quais permaneceram com algumas alterações ao longo do tempo na paisagem carioca, porém mantendo sua função. A ocupação do morro de Santo Antônio por religiosos tem origem no começo do século XVII, quando foi iniciada a construção do convento e da primeira igreja deste santo (Figuras 5.2 e 5.3).

Outros imóveis eclesiásticos permanecem na paisagem, trespassando os momentos representados nas duas plantas estudadas. Desse modo, pode-se citar o convento de Santa Teresa, com construção iniciada em meados do século XVIII, e a igreja de Nossa Senhora do Desterro, cuja capela original remonta à primeira metade do século XVII, ambos localizados no morro de Santa Teresa. Na mesma linha, construções foram erguidas no século XVIII, destacando-se as igrejas de Nossa Senhora do Carmo da Lapa do Desterro, localizada no bairro da Lapa, de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte, identificada como Capela de Nossa Senhora da Conceição, que se localiza na atual rua Buenos Aires, de Santa Efigênia e Santo Elesbão, identificada como Santa Ifigenia, na rua da Alfândega. Já a igreja de Nossa Senhora da Lampadosa, construída por uma irmandade de devoção formada por negros no século XVIII, localiza-se na avenida Passos e foi demolida na década de 1930, mas seu sítio pode ser utilizado como elemento de ligação entre as plantas.

Destaque deve ser dado à igreja de Santa Luzia, construída na beira da antiga praia de mesmo nome. Ressalta-se que o templo indicado nas plantas teve sua construção iniciada em 1752, mas já havia uma pequena capela neste local considerado distante na segunda metade do século XVI. Por outro lado, em uma área mais afastada pode-se encontrar a igreja de Nossa Senhora da Saúde, na rua Silvino Montenegro, construída no século XVIII no bairro homônimo.



Planta de 1812



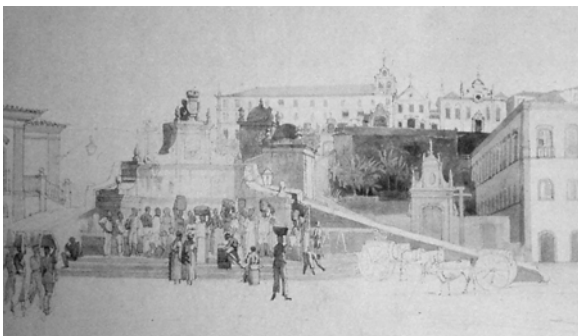
Planta de 1906



Base cartográfica de 2000



Imagem Digital Globe/Google Earth (2002/2003)



Detalhe de aquarela de Thomas Ender de 1817
(FERREZ, 1976, p. 120)



Fotografia do autor (2008)

Figura 5.2 – Morro de Santo Antônio



Sobreposição 2000 x 1812 (transformação projetiva com 94 pontos)



Sobreposição 2000 x 1906 (transformação polinomial de 4.^a ordem com 44 pontos)

Figura 5.3 – Base cartográfica sobreposta às plantas do passado

As permanências construídas ou ocupadas por atividades do Estado também são percebidas na paisagem da cidade, sendo facilmente identificadas na legenda da planta de 1812 e em topônimos ou feições da planta de 1906, embora em quantidade muito inferior às propriedades eclesiásticas. Nessa linha, podem ser destacados o Paço Real, o Chafariz do Mestre Valentim, os Arcos da Lapa e os conjuntos arquitetônicos da atual 5.^a Divisão de Levantamento do Exército e do Museu Histórico Nacional.

Identificado como Palácio Real na planta de 1812 e destacado na planta de 1906, o imóvel localizado na atual Praça XV era conhecido como casa dos governadores entre os anos de 1743 e 1763. Edificado aproveitando a estrutura dos edifícios da Casa da Moeda e do Armazém Del Rey, abrigou os vice-reis entre os anos de 1763 e 1808. Desde a chegada de Dom João até a proclamação da república, o sobrado foi utilizado como sede do governo. Daí em diante perdeu a importância dos tempos do império, passando a abrigar a agência central dos Correios e Telégrafos. Nesse contexto, o prédio (Figura 5.4) passou por diversas reformas, chegando à década de 1930 com o estilo colonial descaracterizado. No ano de 1985, após três anos de restauração que o deixou novamente com características de suas fases históricas, tornou-se um centro cultural vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), função exercida até hoje.

O conjunto arquitetônico que abriga a atual 5.^a Divisão de Levantamento do Exército, corresponde ao palácio do Bispo e à fortaleza da Conceição indicados na planta de 1808. A capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição, que deu nome ao morro, remonta à primeira metade do século XVII. O imóvel foi doado aos frades carmelitas no mesmo século, onde foi erguida a residência episcopal que passou por várias reformas ao longo do século XIX. Já a fortaleza da Conceição foi construída na primeira metade do século XVIII, logo após as invasões francesas. Com projeto do francês brigadeiro Massé, imediatamente foi considerada o terceiro maior poder de fogo da cidade. Por outro lado, os prédios ocupados pelo Museu Histórico Nacional possuem feições que permitem a ligação com os elementos representados na planta de 1808. É importante ressaltar a falsa impressão que os aspectos arquitetônicos do museu causa aos observadores desavisados. Apresentando estilo neocolonial, o conjunto exibe formas que remetem à época da primeira representação cartográfica aqui estudada, mas suas fachadas não tem nenhuma ligação com aquelas ilustradas pelos imóveis que ocupavam a área no passado (Figura 5.5).



Paço Real no início do século XIX – Detalhe da obra de Debret (SANTOS, 2001, p. 146)



Antigo Paço Imperial utilizado como Agência Central dos Correios e Telégrafos (GERSON, 2000, p. 210a)



Paço Imperial em 2008 (Fotografia do autor)

Figura 5.4 – Paço Imperial nos séculos XIX, XX e XXI



Figura 5.5 – Detalhe do conjunto arquitetônico do Museu Histórico Nacional em 2008 (Fotografia do autor)

Indicado como chafariz do Terreiro do Paço na planta de 1808 e ilustrado no mesmo local na planta de 1906, o chafariz do Mestre Valentim é considerado a mais importante construção deste tipo do século XVIII. O imponente monumento localiza-se na atual praça XV e é facilmente encontrado em representações que ilustram o antigo terreiro do Paço. No passado tinha a função de abastecer a população e os navios ancorados no porto, visto que se encontrava à beira-mar, em uma área que foi atingida por sucessivos aterros ao longo do tempo. Já o chafariz do Lagarto (Figura 5.6), também projetado pelo mesmo artista, não é mencionado nas duas plantas estudadas e na base cartográfica e, ao contrário dos diversos monumentos encontrados na cidade, não possui nenhuma placa indicativa que ilustre sua relevância no passado. Localizado próximo à atual rua Frei Caneca, apresenta uma referência em latim, a qual ilustra sua importância no momento da construção. Construído no último quartel do século XVIII, este chafariz tem um lagarto de bronze, o que justifica o nome popularmente adotado.



Figura 5.6 – Detalhes da referência e do lagarto de bronze (Fotografias do autor)

Parques e jardins também devem ser lembrados como permanências na paisagem da cidade, merecendo destaque o Passeio Público e o Campo de Santana. O primeiro corresponde a um projeto do Mestre Valentim inspirado no Passeio Público de Lisboa. Inaugurado na década de 1780, o projeto sofreu alterações na reforma de 1862, momento em que o decadente parque foi revitalizado. Por outro lado, o Campo de Santana, também conhecido como Praça da República, é uma permanência já ilustrada em representações da segunda metade do século XVIII.

O imóvel indicado como Recolhimento e Hospital da Misericórdia na planta de 1808, localizado ao lado da igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso, pode ser visualizado na planta de 1906 e serve como elemento de ligação com a base cartográfica utilizada no trabalho. O conjunto de prédios atualmente pertencente a esta irmandade já era ilustrado no documento cartográfico que representa a cidade no início do século XX.

5.2 – OBSTÁCULOS AO AVANÇO DA MANCHA URBANA

Alguns elementos da paisagem da cidade restringiram o avanço da mancha urbana em diferentes períodos da história da cidade, dos quais merecem destaque os manguezais, as praias, os pântanos e os morros. O crescimento da cidade só foi possível com a superação destes obstáculos em diversas ocasiões, cabendo aqui discutir sobre aqueles existentes e/ou removidos entre os séculos XIX e XX, os quais estão ilustrados nos documentos cartográficos

estudados. Vale lembrar que dos elementos suprimidos ainda restam resquícios, os quais podem ser visualizados ou são lembrados por alguma referência aos seus antigos topônimos.

A praia de Santa Luzia, existente no século XIX em frente à igreja de mesmo nome, é indicada na planta de 1906, mas já apresentava sua costa retilínea, sendo destacada como parte das áreas com melhoramentos já realizados em 1906. A praia de Nossa Senhora da Glória, que também desapareceu, de forma que nem é citada na planta de 1906, pertence ao mesmo grupo que a anterior. Deve-se ressaltar, ainda, que esta área passou por sucessivos aterros no decorrer do século passado.

Nesse contexto, a ponta do Calabouço, existente nos dois documentos cartográficos, já não existia mais na década de 1920, por causa das obras de aterro resultantes da reforma do governo do prefeito Carlos Sampaio, entre os anos de 1920 e 1922. A área aterrada hoje é ocupada por uma avenida, por prédios e pelo aeroporto Santos Dumont. Por outro lado, nos arredores da atual praça XV foram aterradas, ao longo do tempo, as praias de Dom Manuel e dos Mineiros, as quais já apresentavam formas retilíneas na planta de 1906. Deve-se lembrar que esta última planta já indicava a expressão “Cais dos Mineiros” para a área anteriormente ocupada pela referida praia.

A Prainha, o Valongo, o Valonguinho, o costão de Nossa Senhora da Saúde, o saco da Gamboa e a ilha dos Cães foram aterrados nas obras de construção do cais do porto, previstas na planta de 1906 (Figuras 5.7 e 5.8). Cabe ressaltar que parte do saco da Gamboa já se encontrava aterrado no início do século XX. Na mesma linha, mas em direção ao interior, destacam-se as obras de drenagem do Campo de Santana e aterramento do mangal de São Diogo, as quais foram realizadas no período de Dom João VI, viabilizando seu acesso para São Cristóvão e possibilitando a ocupação das áreas entre este último bairro e o centro.

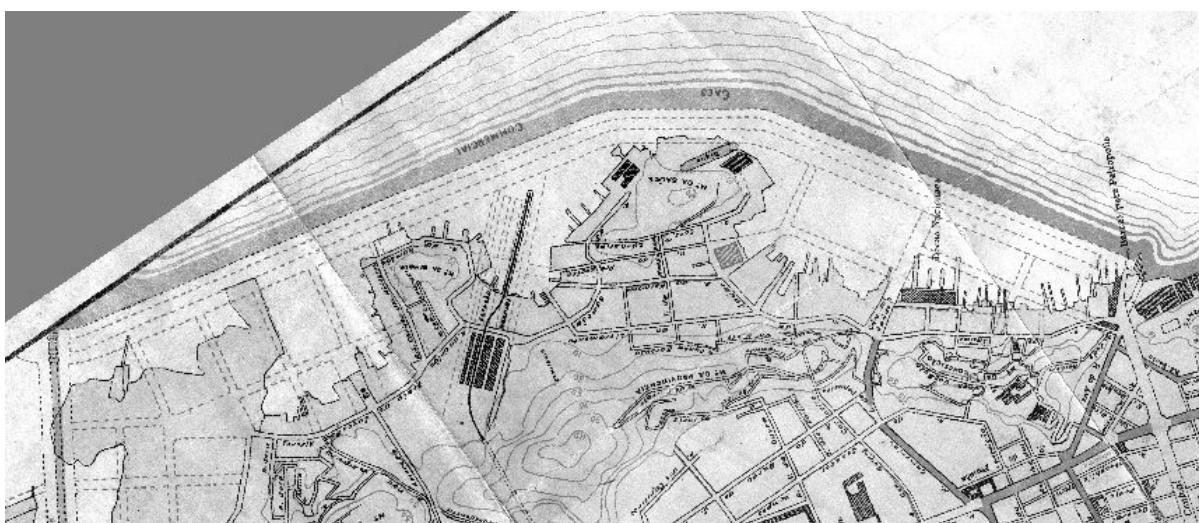


Figura 5.7 – Detalhe do projeto de construção do cais do porto na planta de 1906



Figura 5.8 – Sobreposição 2000 x 1906 (transformação polinomial de 4.^a ordem com 44 pontos)

O morro do Castelo, localizado em uma das áreas mais valorizadas da cidade, na ocasião de seu desmonte, pode ser encontrado nas representações dos séculos XIX e XX. O processo de desmonte iniciado na década de 1920 possibilitou a abertura de seu sítio ao capital imobiliário. Já o morro de Santo Antônio foi parcialmente destruído em meados do século XX (Figura 5.9). Por outro lado, a remoção do morro do Senado já estava prevista nos melhoramentos projetados na planta de 1906 para o avanço da avenida Mem de Sá, tendo sido concluída ainda no início daquele século (Figura 5.10).

Deve-se destacar alguns acidentes físicos desaparecidos no período anterior à construção da primeira planta aqui estudada, como é o caso da lagoa do Boqueirão, aterrada no último decênio do século XVIII, a qual deu lugar ao Passeio Público. Nessa linha, vale também a lembrança do morro das Mangueiras, cuja destruição contribuiu para o aterramento da referida lagoa. Por outro lado, as lagoas do Desterro e de Santo Antônio, aterradas em meados do mesmo século, localizavam-se próximas ao morro de Santo Antônio.



Sobreposição 2000 x 1812 – Morro do Castelo (1) e Morro de Santo Antônio (2)

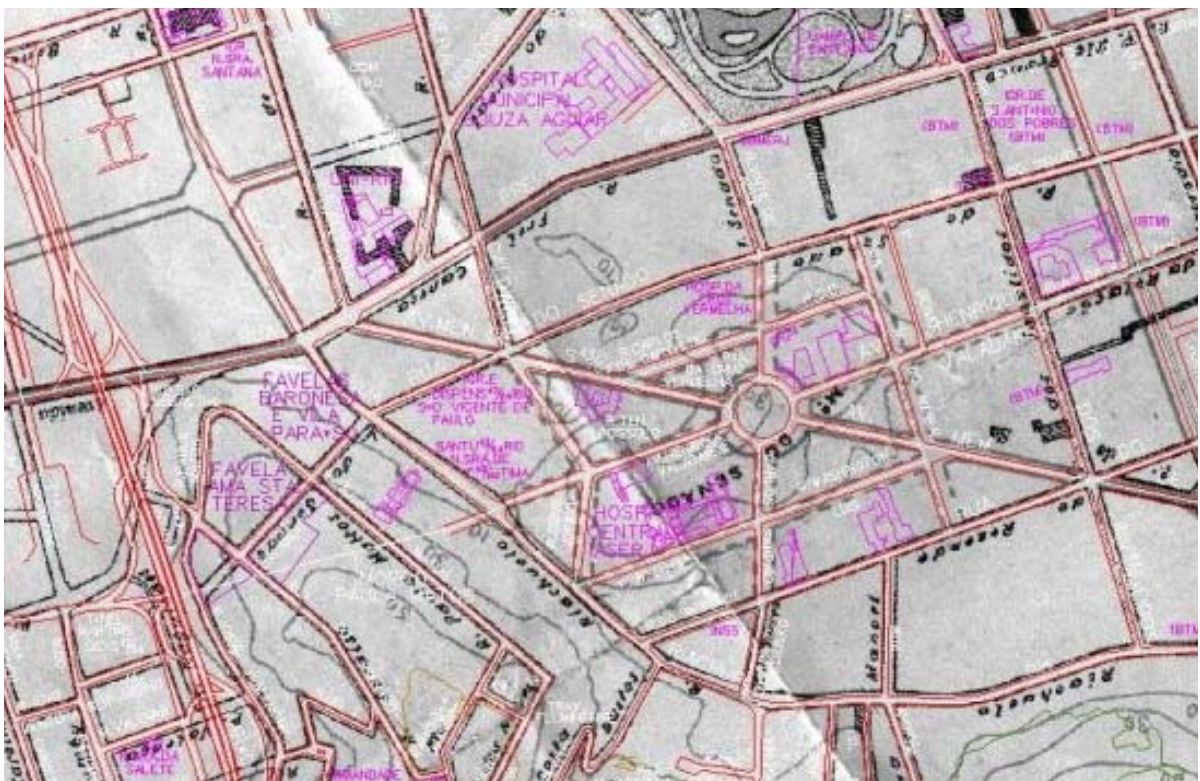


Sobreposição 2000 x 1906 – Morro do Castelo (1) e Morro de Santo Antônio (2)

Figura 5.9 – Base cartográfica sobreposta às plantas do passado



Sobreposição 1812 x 2000 – Morro do Senado e atual Praça Cruz Vermelha



Sobreposição 1906 x 2000 – Morro do Senado e atual Praça Cruz Vermelha

Figura 5.10 – Base cartográfica sobreposta às plantas do passado

5.3 – EIXOS DE EXPANSÃO

Pode-se afirmar que a cidade cresceu em direções qualitativamente distintas no último quartel do século XIX. Esse período, que deve ser considerado como a primeira fase de expansão acelerada da malha urbana do Rio de Janeiro, foi determinado pela reprodução de capitais nacionais, provenientes dos lucros da aristocracia cafeeira, e estrangeiros, aplicados por empresas que aqui se instalavam (ABREU, 1987). Ressalta-se que o avanço citado não é percebido na planta de 1812, mas foi naquele momento que foram lançadas as bases para o processo ocorrido no final daquele século, visto que, com a chegada do Príncipe Regente, o Brasil rapidamente se abriu ao exterior.

Como já foi comentado, até o início do século XIX a ocupação da cidade se restringia à área central, pouco ultrapassando a antiga vala, a exceção de algumas moradias e de propriedades tipicamente rurais. Deve-se destacar, ainda, que a mancha urbana avançava sob influência dos agentes Igreja e Estado, no último caso materializada em fortificações militares. Por outro lado, com a transferência da Corte e a chegada de estrangeiros, principalmente os ingleses, importou-se o hábito de morar fora do centro. Nesse contexto, parte dos habitantes deslocou-se para os subúrbios de São Cristóvão e de Botafogo, o que correspondia à elite da ocasião, visto que não era qualquer um que podia se dar ao luxo de morar fora da área central da cidade.

Assim que chegou, a Família Real se instalou no Paço anteriormente ocupado pelo vice-rei conde dos Arcos, mas, em pouco tempo, o Príncipe Regente deslocou-se para o bairro de São Cristóvão, onde um palácio mais amplo estava disponível para hospedá-lo. Da mesma forma, a princesa Carlota Joaquina, a qual vivia separada de Dom João, instalou-se em uma chácara em Botafogo. Tal fato, somado ao interesse dos estrangeiros em residir em subúrbios, contribuiu para a valorização e ocupação residencial destas áreas ao longo do século XIX (GOMES, 2007).

Esse avanço é percebido em três plantas apresentadas no trabalho. A planta de 1808 ilustra caminhos e propriedades que se localizam nos atuais bairros de Santa Teresa, Glória e Cidade Nova. Já a planta de 1877, que demonstra abertamente o interesse dos agentes econômicos em ocupar os subúrbios da cidade, indica os loteamentos servidos pelas linhas de carris, que chegavam aos atuais bairros de Botafogo e São Cristóvão. Além disso, esse documento cartográfico inclui caminhos e representações que alcançavam o atual bairro do Leblon, apresentando, também, loteamentos nos atuais bairros de Copacabana e Vila Isabel. Por fim, a planta de 1906 destaca as reformas urbanas restritas à área central da cidade, apesar da mancha urbana ter avançado para muito além do enquadramento da representação. Ainda

assim, o documento ilustra também as áreas correspondentes aos atuais bairros de Santa Teresa, Glória, Catete, Flamengo, Botafogo, São Cristóvão e Rio Comprido.

Deve-se ressaltar que os diferentes eixos qualitativos de expansão urbana indicados por Abreu (1987) foram influenciados pelas linhas de trem e carris. A inauguração da Estrada de Ferro Dom Pedro II permitiu a ocupação acelerada das áreas suburbanas atravessadas por esta ferrovia. Desse modo, ligou áreas fracamente integradas à cidade, visto que permitia seu acesso a uma demanda que surgia naquele momento. Esse grupo correspondia a habitantes que possuíam condições de morar fora do centro, mas não tinham como bancar os altos custos de bairros como Botafogo ou Glória. Por outro lado, a implantação de linhas de carris baseava-se numa demanda já existente, cobrindo as áreas suburbanas mais valorizadas da cidade.

Cabe alertar, ainda, que o primeiro trecho da referida ferrovia, inaugurado em 1858, ligava a freguesia de Santana a Queimados. Com isso, percebe-se o interesse de uso para transporte de cargas, o que não era exclusividade, visto que no mesmo ano foram inauguradas as estações de Cascadura e Engenho Novo. O uso misto das ferrovias e a posterior consolidação destas áreas como habitacionais, justifica sua inferioridade de preços quando comparadas aos subúrbios próximos. Além disso, as atividades industriais também ocuparam este eixo, visto que se encontravam próximas ao meio de transporte ideal para conduzir sua produção, o que também contribuiu para a desvalorização considerando o uso residencial. Tal fato pode ser percebido ao considerar que, a exceção da representação do futuro porto da cidade e de parte do bairro de São Cristóvão, não houve interesse em representar elementos relacionados às indústrias na planta de 1906.

Outro ponto de interesse a ser tratado era a atração que os bairros de São Cristóvão e Botafogo exerciam na população com melhores condições financeiras, causando uma espécie de rivalidade entre seus moradores, a qual perdurou até a década de 1880. Deve ser lembrado que, com o término da monarquia e a instalação de diversas indústrias, São Cristóvão entrou em decadência, tornando-se este bairro atualmente mais próximo da realidade dos subúrbios distantes. Ressalta-se que, seja pela proximidade ao centro ou por sua importância na virada dos séculos XIX e XX, parte deste bairro encontra-se representada nos documentos cartográficos de 1877 e 1906. Por outro lado, o eixo de Botafogo se consolidou como área de habitação das classes mais abastadas, com maior potencial de influência sobre o poder público, sendo beneficiado em quase todas as grandes reformas urbanísticas realizadas na cidade.

Diferentemente dos eixos de expansão da cidade, que passaram por rápidas transformações possibilitadas pelos capitais privado e do Estado, as áreas centrais

mantiveram-se sem nenhuma mudança significativa ao longo do século XIX. Ainda assim, a pressão por modificações urbanísticas era muito grande, visando melhorar as condições higiênicas e de circulação, de forma que as características da cidade se tornassem próximas das tendências apresentadas pelas capitais européias. A Figura 5.11 ilustra uma crítica sobre a situação urbanística do Rio de Janeiro, quando comparada a outras capitais sul-americanas como Montevideu e Buenos Aires, as quais já apresentavam os avanços que somente seriam empregados no Rio de Janeiro a partir da reforma urbana de Pereira Passos.



Figura 5.11 – Charge ilustrativa do estado sanitário da cidade Don Quixote, n.º 69, 8/8/1896 – Acervo da Biblioteca Nacional (ABREU, 1987, p. 61)

Na virada dos séculos XIX e XX, os grupos sociais concentravam-se nas freguesias centrais, visto que não possuíam condições de morar distante de seus locais de trabalho. Deve-se destacar que grande parte das atividades produtivas e de prestação de serviços localizavam-se nesta área. Vale lembrar que uma rede de transporte mais eficaz começava a se materializar na cidade, viabilizando o deslocamento aos subúrbios com maior rapidez. Isso possibilitou a instalação de indústrias e o surgimento dos bairros residenciais em áreas cada vez mais distantes. Mesmo assim, os preços dos terrenos e das passagens ainda eram entraves a serem superados.

6 – CONCLUSÃO

As duas plantas apresentadas nesta dissertação foram estudadas seguindo dois eixos inicialmente distintos. O primeiro, baseado nas formas empregadas nos documentos cartográficos, considerou as relações matemáticas aplicadas no processo de construção de cada representação. Nessa linha, foram mensurados os resíduos das coordenadas, através do relacionamento de pontos também existentes na base cartográfica atual. Com isso, foi possível verificar a qualidade dos documentos cartográficos do passado, levando-se em conta os critérios e as ferramentas utilizados atualmente. O segundo examina a atuação daqueles envolvidos na construção da planta e na materialização do espaço. Nesse contexto, buscou-se entender a inserção dos agentes modeladores do espaço na época da construção dos documentos cartográficos.

Considerando a aplicação da técnica cartográfica, percebe-se a evolução das plantas ao longo do tempo. Cabe lembrar que os dois documentos cartográficos foram construídos empregando os melhores procedimentos disponíveis em suas épocas. Nessa linha, observou-se que o erro padrão e os resíduos encontrados na planta de 1812 são superiores aos apresentados pela planta de 1906, o que confirma a melhoria técnica das representações em períodos mais recentes. Porém, merece destaque o fato da comparação ocorrer em duas plantas que, além de ilustrar as formas da cidade, reproduzia o esforço de uma ilustração precisa e científica da disposição de seus elementos.

Observando as duas representações, foi percebido que não houve a necessidade do emprego de uma grande quantidade de pontos de relacionamento entre as plantas e a base cartográfica. Deve-se considerar que a diferença entre os valores de erro padrão obtidos não foi significativa, cada vez que se retirava uma quantidade referente a 20% do total para um novo procedimento. Desse modo, indica-se a aplicação de pontos distribuídos por toda a planta, mas não chegando ao excesso. Da mesma forma, notou-se que a existência de valores de erro padrão menores estava ligada, principalmente, às transformações polinomiais, consideradas mais complexas. Ainda assim, cabe lembrar que procedimentos com transformações geométricas podem ser utilizados, apresentando, em geral, bons resultados.

Os dois documentos cartográficos se assemelham na tendência de exatidão em pontos localizados nas quadras e imóveis das áreas mais ocupadas, as quais correspondem à zona cartografada mais conhecida. Nesse contexto, os pontos relativos às áreas mais afastadas apresentam resíduos maiores em suas coordenadas. Isso foi percebido em alguns elementos ilustrados nas partes mais afastadas do morro de Santa Teresa, na planta de 1812, e em algumas representações referentes ao bairro de Botafogo, na planta de 1906, apesar da

crescente ocupação neste bairro no início daquele século. No primeiro caso, é importante lembrar que as áreas mais afastadas do antigo centro apresentavam poucos elementos de relacionamento entre a planta e a base cartográfica, alguns dos quais apresentavam resíduos superiores a 70 metros. Já no segundo caso, não houve dificuldade de encontrar os alvos que pudessem ser relacionados, os quais, na maioria absoluta, apresentavam resíduos inferiores a 10 metros. Ainda assim, mesmo baseando-se nos estudos da carta cadastral, foram encontradas coordenadas com resíduos na casa de 30 metros.

Por outro lado, quando se trata da ação dos atores envolvidos na construção da cidade, percebe-se algo em comum nas principais construções capazes de serem identificadas nas duas plantas: os imóveis que foram ou permanecem propriedades da Igreja ou do Estado são destacados nas representações. Desse modo, eles podem ser classificados como os principais agentes modeladores do espaço neste estudo.

É muito comum afirmar que os prédios governamentais encontram-se em áreas consideradas de importância para a cidade. Na maioria dos casos, e principalmente na lógica da cidade colonial, a área ocupada por eles passa a ser conhecida como o centro da cidade, a qual possui valorização imobiliária. Deve-se lembrar que, diferentemente das atividades eclesásticas e de seus imóveis, o dinamismo da ocupação e localização das repartições públicas faz com que os prédios por elas ocupados sejam modificados ou transferidos para outras áreas, dentro ou distante do centro. Esse é um dos motivos que pode explicar a pequena quantidade de propriedades de uso estatal as quais puderam ser utilizadas como pontos de relacionamento entre os documentos cartográficos, quando os comparamos com aqueles vinculados às atividades religiosas. No caso da cidade colonial, representada pela planta de 1808, isso é notado com maior nitidez, visto que a religião era um elemento muito importante no cotidiano de seus habitantes. Com isso, foi possível utilizar vários alvos vinculados direta ou indiretamente ao agente Igreja para efetuar o georreferenciamento.

Cabe, ainda, destacar a atuação da Igreja, a qual contribuiu diretamente para a expansão da cidade, visto que algumas propriedades eclesásticas localizavam-se em áreas mais distantes, encorajando a ocupação de terrenos em suas proximidades. Essa função foi exercida pelos conventos de Santo Antônio e de São Bento ao longo do século XVIII. Em outro momento a Igreja influenciou a instalação de loteamentos e bairros em imóveis que outrora fora de sua propriedade, como é o caso dos loteamentos localizados no Engenho Velho. Deve ser lembrado que a Igreja possuía muitos imóveis nas freguesias urbanas e rurais do Rio de Janeiro, dos quais muitos são resultado de doações de fiéis.

Apesar de ter menos elementos ilustrados do que o agente Igreja, a ação do Estado observada nas duas plantas é muito significativa. O fato dos dois documentos terem sua

construção ordenada pelo segundo agente é um ponto a ser destacado. Cabe lembrar que a ordem de construir a melhor representação cartográfica em um contexto histórico não é nenhuma novidade no caso dos documentos estudados. Em outros momentos da história da cidade ordens semelhantes foram dadas para resolver questões de seu planejamento e de sua defesa. O caso da planta de 1713 construída pelo Brigadeiro João Massé, em virtude da invasão francesa de 1711, enquadra-se nessa prática.

Nessa linha, a construção da planta de 1812 resultou da necessidade de um registro fidedigno da cidade na época da chegada da corte do Príncipe Regente. Para isso, da mesma forma que em outros períodos, foram contratados os melhores profissionais e equipamentos da ocasião para o levantamento, construção e impressão do documento cartográfico. De modo semelhante, a planta de 1906 resulta dos estudos da carta cadastral, correspondendo ao melhor levantamento cartográfico realizado na cidade do Rio de Janeiro até então. Utilizando essa base, foram impressas diversas plantas que serviram como instrumentos de propaganda das reformas atribuídas ao prefeito Pereira Passos.

De forma semelhante às propriedades eclesiásticas, as fortalezas também contribuíram para a expansão da cidade, viabilizando a acomodação da população em áreas mais afastadas. Nessa linha, a atuação do Estado, materializada nas edificações militares localizadas nos morros do entorno da cidade do século XVIII, norteou o avanço da mancha urbana ao longo do período colonial, como pode ser observado nas plantas estudadas.

Por outro lado, a ação de outros atores, tais como os agentes econômicos e a população e os movimentos sociais, não é tão fácil de ser observada em um documento cartográfico, considerando que suas propriedades não apresentam dimensões tão significativas a ponto de serem representadas em uma planta. Mas deve-se destacar que sua existência acaba sendo percebida, visto que esses atores também estão envolvidos com a lógica de ocupação do espaço.

No contexto estudado, os agentes econômicos participavam de forma mais ativa, levando-se em conta que suas atividades eram de grande importância para a dinâmica da cidade. Ressalta-se, ainda, que este grupo também se impunha no momento em que representavam o agente Estado, aproveitando-se da situação para defender os interesses de seu pares. Já a população e os movimentos sociais correspondem a um ator com maior dificuldade de se mostrar através das representações cartográficas, mas, ao observar alguns elementos das plantas, é possível perceber detalhes que podem remeter às necessidades e, conseqüentemente, à atuação deste agente modelador. Nessa linha, as reformas urbanísticas atribuídas a Pereira Passos tinha, entre seus objetivos, a retirada da massa que habitava os cortiços da área central da cidade, a qual possuía grande valor imobiliário. A existência de

uma ferrovia ilustrada na planta de 1906 aponta para a solução para o problema da aglomeração na área afetada pela reforma, considerando-se que esse grupo poderia ocupar as áreas suburbanas mais distantes. Vale lembrar que a questão da retirada da população da área central para dar lugar a outras atividades foi resolvida, mas o cerne do problema não foi superado nem a longo prazo, visto que a questão da moradia é um problema estrutural da cidade do Rio de Janeiro, permanecendo até os dias atuais.

Pode-se dizer que o problema da habitação e, conseqüentemente, da segregação sócio-espacial encontrado na cidade tem origem no período estudado. Inicialmente a cidade se restringia as freguesias urbanas localizadas no atual centro da cidade, com outras freguesias rurais no entorno. Pouco tempo após a chegada da Família Real, importou-se o hábito de morar em subúrbios, que a partir da segunda metade do século XIX foram providos de infraestrutura para receber essa nova demanda, a qual possuía condições de deslocamento. Naquele momento a mancha urbana avançou para os subúrbios de São Cristóvão e Botafogo, atraindo a elite da ocasião. Por outro lado, a população pobre continuava próxima ao seus postos de trabalho, no centro congestionado e insalubre da cidade. Deve-se lembrar que o problema do crescimento desordenado da cidade não foi resolvido com o deslocamento de parte da população para os subúrbios mais afastados. A questão perdura até hoje, considerando a permanência da dificuldade de deslocamento das classes menos favorecidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, Jorge Zahar Editor, 1987. 147 p.
- ABREU, Maurício de Almeida. [comunicação pessoal em abr. 2003].
- ADONIAS, Isa. **As peças raras da mapoteca do Ministério das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro: Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, 1956. 68 p.
- ADONIAS, Isa. **Mapas e planos manuscritos relativos ao Brasil colonial (1500 – 1822)**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, 1960. 692p.
- ADONIAS, Isa. **Mapa: imagens da formação territorial brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993. 396 p.
- ADONIAS, Isa; GONÇALVES, Marta Maria; MIRANDA, Yolette Soares de. **Catálogo de plantas e mapas da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Divisão de Documentação, Seção de Publicações, 1966. 171 p.
- ALENCAR, Francisco; RAMALHO, Lucia Carpi; RIBEIRO, Marcus Venício Toledo. **História da sociedade brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985. 339 p.
- AZAMBUJA, Ignácio Carneiro de. Defesas do porto do Rio de Janeiro. **Boletim do Círculo de Técnicos Militares**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 37-60, mar. 1945.
- BARREIROS, Eduardo Canabrava. **Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro – Ensaio – 1565-1965**. Rio de Janeiro: IHGB, 1965, 28 p.
- BERGUER, Paulo. Introdução. In: SANTOS, Francisco Agenor de Noronha. **As freguesias do Rio Antigo**. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1965. p. 7-9.
- BRASIL. **150 anos de tipografia oficial. Exposição comemorativa do sesquicentenário da criação do Departamento de Imprensa Nacional**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.
- BRASIL. Decreto nº 89.817, de 24 de junho de 1984. Estabelece as Instruções Reguladoras das Normas Técnicas da Cartografia Nacional. Disponível: <http://www.concar.ibge.gov.br/> [capturado em 29 fev. 2004].
- CASTRO, Celso. Uma viagem pelos mapas do Rio. In: CZAJKOWSKI, Jorge (org.). **Do cosmógrafo ao satélite: mapas da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, 2000. p. 8-15.
- CAVALCANTI, Nireu Oliveira. **Rio de Janeiro: centro histórico: 1808 – 1998: marcos da colônia**. Rio de Janeiro: Anima Projetos Culturais, 1998. 143 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceito e temas**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1995a. p. 15-47.

_____. **O espaço urbano**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1995b. 94 p.

CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. **Álbum cartográfico do Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações e Divulgação. 1971. 8 p.

CZAJKOWSKI, Jorge (org.). **Do cosmógrafo ao satélite: mapas da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, 2000. 136 p.

DOMINGUES, Mauro. O processo de digitalização de documentos de grande porte no Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 17 set. 2004. Entrevista a Cláudio Chagas Figueiredo.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3 ed. Curitiba: Positivo, 2004. 2120 p.

FERREZ, Gilberto. **O Brasil de Thomas Ender**. Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles, 1976. 334 p.

FURTADO, Sebastião da Silva. Cartas históricas da mapoteca da Diretoria do Serviço Geográfico: a Cartografia luso-brasileira. **Anuário da Diretoria do Serviço Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 8, p. 173-214, 1957.

GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio: e da sua liderança na história política do Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000. 513 p.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007. 414 p.

HOLLÓS, Adriana Cox. A experiência de implantação do laboratório de digitalização de grandes formatos do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 14 jul. 2004. Palestra ministrada na mesa redonda Digitalização de acervos digitais: desafios e soluções. Disponível: http://www.casaruibarbosa.gov.br/biblioteca/serie_memoria/serie_memoria2004.html [capturado em 10 nov. 2005].

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2925 p.

INTERGRAPH. **Image Analyst user's guide**. Huntsville, Alabama: Intergraph Corporation, 1997. 1 v.

KNAUSS, Paulo. Imagem do espaço, imagem da história. A representação espacial da cidade do Rio de Janeiro. **Tempo**. v. 2, n. 3, p. 135-148, jun. 1997.

- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão *et al.* 4. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996. p. 535-553.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. 2 v.
- MELLO JÚNIOR, Donato. **Rio de Janeiro – planos, plantas e aparências**. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia, 1988. 267 p.
- MENDES, Dulce Santoro. **Geoestratégia nas representações gráficas do Rio colonial**. 2000. 165 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2000.
- MENEZES, Paulo Márcio Leal de. **A interface Cartografia-Geoecologia nos estudos diagnósticos e prognósticos da paisagem: um modelo de avaliação de procedimentos analítico-integrativos**. 2000. 260 p. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2000.
- MIRANDA, Francisco Gonçalves (org). **Memória histórica da Imprensa Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. 155 p.
- MONTEIRO, Neide Carvalho (coord). **Atlas escolar da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Educação: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2000. 45 p.
- MÜLLER, Elisa; LIMA, Fernando Carlos Cerqueira. Moeda e crédito no Brasil: breves reflexões sobre o primeiro Banco do Brasil (1808-1829). **Revista Tema Livre**. Niterói, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, abr. 2002. Disponível: [www.revistatemalivre.com\MoedaeCredito.html](http://www.revistatemalivre.com/MoedaeCredito.html) [capturado em 2/5/2008].
- OLIVEIRA, Cêurio de. **Curso de Cartografia moderna**. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 152 p.
- OLIVEIRA JÚNIOR, João F. de. As triangulações geodésicas do sul do país. **Anuário da Diretoria do Serviço Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 8, p. 141-171, 1957.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Governantes da cidade do Rio de Janeiro: 1892 – 1996**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 1996. 60 p.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Rio 500 – uma janela no tempo sobre a cidade maravilhosa [CD-ROM]**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, [2002].
- RAISZ, Erwin. **Cartografia geral**. Tradução Neide M. Schneider *et al.* 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Científica, 1969. 414 p.

- REIS, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2000. 414 p.
- SANTOS, Paulo Ferreira. **A formação de cidades no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. 180 p.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. O dia em que Portugal fugiu para o Brasil. **Revista de História**. v. 1, n. 1, p. 20-27, jul. 2005.
- SILVA, Wagner Barreto da. **Avaliação da geometria de imagens IKONOS ortorretificadas através das transformações polinomiais racionais**. Instituto Militar de Engenharia, 2005. 65 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Cartográfica) – Instituto Militar de Engenharia, 2005.
- TAVARES, Aurélio de Lyra. **A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2000. 218 p.
- TEIXEIRA FILHO, Álvaro. **Roteiro cartográfico da Baía de Guanabara e cidade do Rio de Janeiro, séculos XVI e XVII**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975. 151 p.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (coord.) **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 247-278.